

CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## **Relatório da Administração 2025**

### **Aos Acionistas**

A administração da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Concessionária”, “Nova Rota”, “Companhia”) submete à apreciação o Relatório da Administração (“Relatório” ou “RA”), acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor Independente, relativos ao último trimestre e resultados acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com os temas considerados relevantes para divulgação junto à sociedade, parceiros, investidores e usuários, incluindo a apresentação do balanço social, com as principais responsabilidades da Companhia.

O Relatório de Administração apresenta informações relevantes adicionais (indicadores técnicos, operacionais, sociais e outros) para melhor atendimento aos nossos diversos Usuários, em linha com as boas práticas de apresentação, e conforme determinação da Lei 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), considerando, também, as disposições estabelecidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal (“Manual de Contabilidade ANTT”).

### **1. Introdução**

A Concessionária foi constituída em 27 de dezembro de 2013 com o propósito de explorar o lote da BR-163/MT no trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com o Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 (dezenove) municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessão tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação de capacidade da BR-163 MT, através do Contrato de Concessão “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” (“Contrato”) celebrado entre a União através da ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do Contrato.

O Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade Plano de Ação (“TAC” ou “TAC Plano de Ação”), assinado em 04 de outubro de 2022 entre a Concessionária e a ANTT, viabilizou, em 05 de maio de 2023, a transferência da totalidade das ações da Companhia para a MT Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”), sociedade de economia mista que tem como sócio majoritário o Governo do Estado de Mato Grosso, conforme regrado nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações avençado entre as partes.

A Nova Rota, até a data de referência em 31 de dezembro de 2025, é controlada diretamente pela MTPAR, conforme organograma abaixo:



Os principais investimentos em ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT serão realizados em até 08 (oito) anos<sup>1</sup> e estão regrados conforme o TAC Plano de Ação.

A Administração da Concessionária mantém o compromisso com o Poder Concedente e os usuários da rodovia no fiel e tempestivo cumprimento de todas as suas obrigações abarcadas no Contrato de Concessão e no TAC Plano de Ação.

### 1.1. Destaques de 2025

- Aumento do tráfego (VEP<sup>2</sup>/dia) em 6,7% em comparação ao ano de 2024;
- EBITDA ajustado de 2025 totalizou R\$ 467.936 mil com margem EBITDA de 66,5%, variação positiva no valor de 2,9% ante o exercício de 2024;
- Os investimentos totais da companhia em 2025 totalizaram R\$ 2.025.909 mil, aumento de 69,3% ante 2024;
- Em 2025, o desembolso totalizou R\$ 1,67 bilhão, composto pela liberação de R\$ 167 milhões do Contrato de Financiamento (“FINEM BNDES”) e pela integralização de R\$ 1,5 bilhão referentes à 2ª Emissão de Debêntures;
- Redução de 12,5% em acidentes com vítimas fatais em 2025, apesar do leve aumento de 2% no volume total de registros.

### 1.2. Perspectivas

Desde a troca de controle acionário para a MTPAR e início da eficácia do TAC Plano de Ação, a Administração da Concessionária envidou esforços com as principais partes estratégicas e interessadas na execução dos investimentos repactuados com o Poder Concedente. O ano de 2025 foi marcado pela conclusão de diversos processos iniciados com essas partes, a serem discutidas em mais detalhes a seguir.

<sup>1</sup> O prazo de conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhorias leva em consideração a data de eficácia do TAC Plano de Ação, ou seja, 04 de maio de 2023.

<sup>2</sup> VEP – Veículos Equivalentes Pagantes.

Em relação à execução dos investimentos previstos do segundo ano do TAC, conforme as suas metas estabelecidas, a Concessionária apresentou importantes entregas, com liberação aos Usuários da Rodovia, destacando-se: (i) 03 Bases definitivas do Sistema de Atendimento ao Usuário (“SAU”); (ii) Escritório da ANTT (Posto da ANTT); (iii) 66,99 km de Duplicação; (iv) 450 km de fibra óptica; (v) 225 novas câmeras de monitoramento – CFTV; (vi) 45 equipamentos de detecção e sensoriamento de pista (SAT) ; e por fim (v) 04 passarelas de pedestres.

Até 31 de dezembro de 2025, a Concessionária possuía oito frentes concomitantes de duplicação da BR-163/MT e havia concluído (i) 130 km de Duplicação; (ii) 03 Diamantes; (iii) 1,91 km de marginal; (iv) 02 Acessos; (v) a Adequação de Parâmetros de 2 pontes existentes; (vi) Adequação de Parâmetros no perímetro urbano do município de Sorriso; (vii) Adequação de Parâmetro no perímetro urbano do município de Sinop, e a (viii) Adequação de Parâmetros do Trecho Sul.

Acerca do relacionamento da Concessionária com o Poder Concedente, o ano de 2025 foi marcado pela intensificação dos acompanhamentos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pela contínua adequação e modernização contratual. A gestão da Companhia, sob a tutela da MT Participações e Projetos (MT Par), demonstrou um compromisso robusto com as diretrizes regulatórias e a execução das obrigações contratuais.

No decorrer de 2025, a Companhia celebrou com o Poder Concedente 5 (cinco) termos aditivos aos seus instrumentos contratuais, os quais refletiram a evolução do ambiente regulatório e operacional da concessão, contemplando, de forma geral, a realocação de riscos com ajustes na tarifa para preservação do equilíbrio econômico-financeiro, a inclusão de investimentos relevantes em infraestrutura e tecnologia e a atualização de novos parâmetros operacionais e de desempenho do pavimento, garantindo a modernização contratual alinhada às etapas mais recentes do programa federal de concessões, com vistas à elevação dos padrões de qualidade, eficiência e segurança da rodovia concedida.

A Companhia também celebrou, dentre os termos aditivos assinados em 2025, junto ao Poder Concedente e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (“DNIT”) o 3º Aditamento ao Termo de Arrolamento e Transferência de Bens (“TATB”), instrumento que marca a assunção pela Concessionária dos trechos da Rodovia que ainda não haviam sido transferidos desde a assunção inicial do Contrato de Concessão, em 21 de março de 2014. O segmento objeto do 3º TATB foi o trecho denominado 174 km, compreendido entre o km 130+200 ao km 325+800 da BR-163/MT, com 195,6 km de extensão.

Em síntese, as ações concluídas pela Concessionária no ano de 2025, de forma bem-sucedida, consolidaram a sustentabilidade da Companhia durante o período de obras do TAC Plano de Ação e sua manutenção no longo prazo.

## 2. Desempenho Econômico-Financeiro

### 2.1. Tráfego e Economia do Mato Grosso

A BR-163/MT é uma rodovia significativa para o corredor de transporte rodoviário do País, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias da cadeia do agronegócio. A região beneficiada pela rodovia é um polo produtor de destaque nacional de soja, milho e algodão, além de criação de gado, sendo o estado de Mato Grosso um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos no país.

A principal atividade econômica do Estado de Mato Grosso em 2025 foi o agronegócio, com uma produção somada de grãos e pluma de algodão de 109,34 milhões de toneladas, representando alta de 23% em relação a 2024, e ficando 19% superior à média de três anos<sup>1</sup>.

Nas tabelas abaixo estão os resultados do tráfego na rodovia durante o 4T25 e o acumulado no ano de 2025, ambos comparados aos períodos equivalentes do exercício anterior.

O resultado acumulado no ano de 2025 em tráfego de Veículos Absolutos (“VAB”) aumentou em 3,5% em relação a 2024, motivado principalmente pelo aumento de 2,9% no tráfego de Veículos Pesados e no incremento de 4,3% nos Veículos Leves em relação ao mesmo período de 2024. A média anual (“VAB/Dia”, também chamada de Volume Diário Médio Anual (“VDMA”)) aumentou 3,8% em 2025.

Quando observado o fluxo de Veículos Equivalentes Pagantes (“VEP”), o aumento do tráfego de veículos foi de 6,4% comparado ao ano de 2024. A média anual (“VEP/Dia”, também chamada de Volume Diário Médio Anual Equivalente (“VDMAEq”)) de 2025 aumentou 6,7% em relação a 2024.

O tráfego de 2025 foi composto de 89% de veículos pesados e 11% de veículos leves em Veículos Equivalentes.

VAB						
Categoria	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Pesados	3.981.277	3.845.971	3,5%	16.338.716	15.877.882	2,9%
% Veic. Totais	53%	53%	(0,4) p.p.	55%	55%	(0,3) p.p.
Leves	3.560.596	3.389.055	5,1%	13.300.976	12.758.074	4,3%
% Veic. Totais	47%	47%	0,4 p.p.	45%	45%	0,3 p.p.
<b>Total VAB</b>	<b>7.541.873</b>	<b>7.235.026</b>	<b>4,2%</b>	<b>29.639.692</b>	<b>28.635.956</b>	<b>3,5%</b>
<b>VAB/Dia (VDMA)</b>	<b>81.977</b>	<b>78.642</b>	<b>4,2%</b>	<b>81.205</b>	<b>78.240</b>	<b>3,8%</b>

<sup>1</sup> Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

VEP						
Categoria	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Pesados	25.154.462	23.290.837	8,0%	103.417.672	96.946.494	6,7%
% Veic. Eq. Totais	88%	87%	0,3 p.p.	89%	88%	0,2 p.p.
Leves	3.529.057	3.356.298	5,1%	13.173.709	12.639.815	4,2%
% Veic. Eq. Totais	12%	13%	(0,3)p.p.	11%	12%	(0,2) p.p.
<b>Total VEP</b>	<b>28.683.519</b>	<b>26.647.135</b>	<b>7,6%</b>	<b>116.591.381</b>	<b>109.586.309</b>	<b>6,4%</b>
<b>VEP/Dia (VDMAEq)</b>	<b>311.777</b>	<b>289.643</b>	<b>7,6%</b>	<b>319.428</b>	<b>299.416</b>	<b>6,7%</b>

O ano de 2025 foi de produção agrícola recorde no Mato Grosso, principalmente por causa das condições climáticas favoráveis. Apesar do atraso das precipitações no início da semeadura e do prolongamento do ciclo da cultura, os volumes de chuvas se normalizaram ao longo do desenvolvimento das lavouras, favorecendo o potencial produtivo. Vale ressaltar que 89% da composição do VEP na BR-163 é de Veículos Pesados, que, por sua vez, apresenta variação de fluxo intimamente ligada a variação na produção agrícola do estado.

## 2.2. Receitas da Concessão

A receita bruta da Concessionária atingiu em 2025 um total de R\$ 2.792.451 mil, representando um aumento de 44,7% comparado ao ano de 2024, conforme detalhamento no quadro abaixo:

Descrição	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Receitas de Pedágio	202.203	173.056	16,8%	759.201	726.015	4,6%
Receitas Acessórias e Outras	2.185	1.697	28,8%	7.341	6.935	5,9%
Receita de Construção (ICPC 01)	749.476	431.419	73,7%	2.025.909	1.196.770	69,3%
<b>Receita Bruta (com ICPC 01)</b>	<b>953.864</b>	<b>606.172</b>	<b>57,4%</b>	<b>2.792.451</b>	<b>1.929.720</b>	<b>44,7%</b>
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(16.799)	(14.456)	16,2%	(63.038)	(60.578)	4,1%
Outras deduções	(20)	(8)	150%	(85)	(46)	84,8%
<b>Receita Líquida (com ICPC 01)</b>	<b>937.045</b>	<b>591.708</b>	<b>58,4%</b>	<b>2.729.328</b>	<b>1.869.096</b>	<b>46,0%</b>
<b>Receita Líquida (sem ICPC 01)</b>	<b>187.569</b>	<b>160.289</b>	<b>17,0%</b>	<b>703.419</b>	<b>672.326</b>	<b>4,6%</b>

Em 2025, a Receita de Pedágio apresentou um aumento de 4,6% em relação a 2024, motivado principalmente pelo aumento de tráfego destacado no quadro do tópico **2.1. Tráfego** e impulsionado pela variação anual positiva de 0,71% da tarifa média ponderada. <sup>2</sup>

As Receitas Acessórias, advinda da exploração do uso da faixa de domínio, tiveram aumento de 5,9% em relação ao resultado aferido no exercício anterior. O crescimento das receitas acessórias em 2025 foi impulsionado pela regularização de contratos inadimplentes com a devida aplicação de encargos e pela atualização monetária via IPCA. Somam-se a esse resultado a autorização da ANTT para o início da cobrança de análises de processos de ocupação (PIT) e projetos sociais, além de uma redução estrutural na taxa de inadimplência.

A Receita de Construção reconhecida conforme ICPC 01 (R1) representa o registro contábil das obras realizadas pela Companhia. Essa rubrica apresentou um aumento de 69,3% sobre o realizado de 2024, reflexo dos aumentos de frentes de obras na rodovia. Maiores detalhes quanto às frentes de serviço da Concessionária se encontram no tópico **2.8 Investimentos**.

### 2.3. Custos e Despesas

Descrição	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Custos dos serviços	(46.234)	(41.917)	10,3%	(170.172)	(161.861)	5,1%
Custos de obra de infraestrutura (ICPC 01)	(749.476)	(431.419)	73,7%	(2.025.909)	(1.196.770)	69,3%
Depreciação e Amortização	(37.372)	(28.104)	33,0%	(146.571)	(97.244)	50,7%
Provisão para Conserva Especial (ICPC 01)	(16.953)	(8.420)	101,3%	(59.966)	(8.420)	612,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(18.880)	(15.226)	24,0%	(64.335)	(57.466)	12,0%
<b>Total Custos e Despesas (com ICPC 01)</b>	<b>(868.915)</b>	<b>(525.085)</b>	<b>65,5%</b>	<b>(2.466.953)</b>	<b>(1.521.761)</b>	<b>62,1%</b>
<b>Total Custos e Despesas (sem ICPC 01)</b>	<b>(102.486)</b>	<b>(85.247)</b>	<b>20,2%</b>	<b>(381.078)</b>	<b>(316.571)</b>	<b>20,4%</b>
<b>Resultado Operacional (sem ICPC 01)</b>	<b>85.083</b>	<b>75.042</b>	<b>14,0%</b>	<b>322.341</b>	<b>355.755</b>	<b>(9,4%)</b>
<b>Margem Operacional<sup>1</sup></b>	<b>45,4%</b>	<b>46,8%</b>	<b>(2,6%)</b>	<b>45,8%</b>	<b>52,9%</b>	<b>(13,4%)</b>

O Custo dos Serviços apresentou um aumento de 5,1% no ano de 2025, os principais impactos derivaram do aumento de 38,5% na rubrica de Revestimento Vegetal e 5,4% em Salários e Encargos, ocasionado pelo crescimento do quadro de funcionários, aumento dos investimentos e a aplicação de Verbas Contratuais não obrigatórias.

<sup>1</sup> Margem Operacional é calculada sobre a Receita Líquida sem a Receita de Construção (ICPC 01).

<sup>2</sup> Tarifa Média Ponderada pelo Tráfego (ocorrências mensais de janeiro a dezembro)

O Custo com obras de infraestrutura, reconhecido como Custo de Construção conforme ICPC 01 (R1) apresentou aumento de 69,3% no ano de 2025 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O aumento na rubrica de Depreciação e Amortização reflete o aumento nas adições ao Imobilizado e Intangível em 2025 (aproximadamente 50,7% acima de 2024), consequência esperada do período de obras do TAC Plano de Ação.

A rubrica de Provisão para Conserva Especial reconhecida conforme ICPC 01 (R1) representa a criação de saldo para manutenções futuras de recomposição de vida útil nos trechos duplicados, no qual a Concessionária cessou a composição da verba no 3T22 devido ao cenário de Devolução Amigável, e imperiosamente retomou as provisões no 4T24 e manteve as provisões para o ano de 2025, onde explica o um aumento de 612,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 12% em 2025 se comparado com 2024, reflexo das variações de 38% na rubrica de Gastos Gerais e 15% em Salários e Encargos, devido ao aumento no quadro de funcionários. Em contrapartida, registrou-se uma redução de 8% nas rubricas de Veículos, Máquinas e Materiais.

O Resultado Operacional da Concessionária, calculado pela Receita Líquida deduzida dos Custos e Despesas excluídas as rubricas do ICPC 01, ficou 9,4% abaixo de 2024 no resultado acumulado de 2025, e a Margem Operacional sofreu uma redução de 13,4%.

#### 2.4. EBITDA Ajustado

Descrição	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
<b>Receita Líquida (sem ICPC 01)</b>	<b>187.569</b>	<b>160.289</b>	<b>17,0%</b>	<b>703.419</b>	<b>672.326</b>	<b>4,6%</b>
(-) Custos dos serviços	(46.234)	(41.917)	10,3%	(170.172)	(161.861)	5,1%
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(18.880)	(15.226)	24,0%	(64.335)	(57.466)	12,0%
(+) Provisões	(1.491)	1.064	(240,1%)	(1.464)	3.536	(141,4%)
<b>EBITDA</b>	<b>120.964</b>	<b>104.210</b>	<b>16,1%</b>	<b>467.448</b>	<b>456.535</b>	<b>2,4%</b>
<b>Margem EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>64,5%</b>	<b>65,0%</b>	<b>(0,5) p.p.</b>	<b>66,5%</b>	<b>67,9%</b>	<b>(1,5) p.p.</b>

<sup>1</sup> Margem EBITDA é calculada sobre a Receita Líquida sem a Receita de Construção (ICPC 01).

<sup>2</sup> Dados-base obtidos no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do BCB

O EBITDA Ajustado em 2025 foi de R\$ 467.5 mil, representando uma redução de 1,5 ponto percentual em relação ao resultado de 2024. A margem EBITDA, calculada sobre a Receita Líquida Operacional, em 2025 foi de 66,5% contra 67,9% em 2024, apresentando uma redução de 1,5 ponto percentual.

A variação negativa de 2025 ante 2024 é explicada, principalmente, pelo aumento nas rubricas de Custos e Despesas da Concessionária, conforme explicado no tópico.

## 2.5. Resultado Financeiro

Descrição	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Receitas de Aplicações Financeiras	39.025	13.424	190,7%	124.382	68.023	82,9%
Descontos obtidos	6.169	7.093	(13,0%)	13.003	7.093	83,3%
Outras Receitas Financeiras	765	(3.386)	(122,6%)	1.401	835	67,8%
Despesas Financeiras	(45.927)	(4.479)	925,4%	(117.918)	(9.214)	1179,8%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>32</b>	<b>12.651</b>	<b>(99,7%)</b>	<b>20.868</b>	<b>66.737</b>	<b>(68,7%)</b>

As receitas provenientes de aplicações financeiras acumuladas em 2025 apresentaram um crescimento de R\$ 56.359 mil, o que representa uma alta de 82,9% em comparação ao mesmo período de 2024, explicado, principalmente, pelo maior volume em aplicações financeiras em 2025 em comparação a 2024. Não obstante, a mediana da taxa DI apresentou incremento de 4,25 p.p. no comparativo 2025/2024, partindo de 10,65% a.a. para 14,90% a.a. (BCB)<sup>2</sup>.

O resultado financeiro de 2025 em comparação a 2024 reflete o aumento das Despesas Financeiras, dado que no exercício anterior não havia despesas com Empréstimos e Financiamentos, enquanto em 2025 estão registradas as despesas de juros e indexação do Financiamento de Longo Prazo da Concessionária. Mais detalhes sobre os Passivos Financeiros na Nota Explicativa específica desse tema.

## 2.6. Endividamento

Descrição	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Var. (%)
(+) Dívida Bruta	3.339.430	1.611.727	107,2%
(+) Arrendamento mercantil operacional	35.125	11.354	209,4%
(-) Custos de Transação	(76.962)	(55.295)	39,2%
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(1.368.616)	(841.824)	62,6%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>1.928.977</b>	<b>725.962</b>	<b>165,7%</b>

O Endividamento líquido da companhia apresentou no ano de 2025 um aumento de 165,7% frente ao exercício de 2024, totalizando R\$ 1.928.977 mil.

A rubrica “Dívida Bruta” apresentou aumento de 107,2% devido ao desembolso financeiro da 2ª série e 3ª série das debêntures da 2ª Emissão da Concessionária e dos Subcréditos A e B do Contrato FINEM nº 24.2.0321.1.

Na rubrica de “Arrendamento mercantil operacional” estão registrados os saldos dos contratos contabilizados conforme CPC 06 (R2), onde constam contratos de aluguéis de imóveis, terceirização de serviços operacionais, entre outros objetos de contrato similares.

Na rubrica “Custos de Transação” estão registrados todos os custos relacionados à captação e estruturação do Financiamento de Longo Prazo, serão amortizados periodicamente conforme melhores práticas contábeis.

A rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” apresentou variação de 62,6% em 2025 ante 2024, resultado dos investimentos nas obras de ampliação e melhorias da Rodovia, assim como o desembolso parcial do Financiamento de Longo Prazo.

## 2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados no ano de 2025 totalizaram R\$ 2.025.909 mil, os quais contemplam a Receita de Construção, custos com Conserva Especial, compras de materiais, máquinas, veículos, entre outros, tendo sido destinados principalmente em:

A seguir, as principais realizadas ou concluídas durante o ano de 2025:

Principais Obras, por Trecho da Rodovia	
Trecho Norte - km 507 Ao km 855	Status em 31/12/2025
Duplicação Posto Gil a Nova Mutum	Concluído
Adequação de Parâmetros - OAE Afluentes Rio Arinos	Concluído
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Arinos	Concluído
Duplicação Nova Mutum a Lucas do Rio Verde	Em andamento
Duplicação Lucas do Rio Verde a Sorriso	Em andamento
Duplicação Sorriso a Sinop	Em andamento
Duplicação Sinop ao km 855	Em andamento
Diamante 17 (Diamantino) - km 543,9	Concluído
Diamante 18 (Nova Mutum) - km 593,3	Concluído
Diamante 19 (Nova Mutum) - km 599,2	Concluído

Principais Obras, por Trecho da Rodovia	
Retorno em Desnível 03 (Nova Mutum) - km 602,2	Em andamento
Diamante 13 (Nova Mutum) - km 606,55	Em andamento
Diamante 20 (Lucas do Rio Verde) - km 644,0	Em andamento
Diamante 21 (Lucas do Rio Verde) - km 659,96	Em andamento
Diamante 24 (Sorriso) - km 758,34	Em andamento
Diamante 15 (Sorriso) - km 782,94	Em andamento
Diamante 26 (Sinop) - km 814,04	Em andamento
Diamante 27 (Sinop) - km 831,50	Em andamento
Diamante 28 (Sinop) – km 833,30	Em andamento
Diamante 29 (Sinop) - km 838,80	Em andamento
Diamante 10 (Sinop) – km 844,00	Em andamento
Diamante 30 (Sinop) – km 854,213	Em andamento
Acesso 07 (Nova Mutum) – km 588,70	Concluído
Acesso 09 (Sorriso) – km 773,640	Concluído
Marginal 03 (Nova Mutum) – km 592,63 ao km 593,63	Concluído
Marginal 03 e 04 (Nova Mutum) – km 601,2 ao km 602,245	Em andamento
OAE Rio Teles Pires – km 736,5	Em andamento
OAE sobre o Celeste – km 785,90	Em andamento
OAE Rio Nandico – km 797,33	Em andamento
OAE Rio Caiabi – km 802,32	Em andamento
Alargamento OAE sobre o Rio Teles Pires	Em andamento
Fibra Óptica - km 592 ao km 640	Concluído
Passarela 01 (Lucas do Rio Verde) – km 688	Concluído
Passarela 02 (Nova Mutum) – km 595,62	Concluído
Passarela 04 (Sorriso) – km 752	Concluído
Passarela 08 (Sinop) – km 840	Concluído
Passarela 07 (Sinop) – km 828	Em Andamento
Passarela 10 (Sinop) – km 836	Em Andamento
Passarela 11 (Sinop) – km 838	Em Andamento
Escritório da ANTT (Sinop) – km 834,9	Concluído

<b>Principais Obras, por Trecho da Rodovia</b>	
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Sorriso	Concluído
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Sinop	Concluído
Fibra Óptica - km 690 ao km 855	Concluído
<b>Trecho Centro - km 261,9 Ao 320,9   km 321,3 Ao km 507</b>	<b>Status em 31/12/2025</b>
Duplicação Rodovia dos Imigrantes – Trecho Cuiabá	Em andamento
Duplicação Rodovia dos Imigrantes – Trecho Várzea Grande	Em andamento
Duplicação Trecho 108 km – Várzea Grande a Rosário Oeste	Em andamento
Diamante 11 (Cuiabá) - km 322,9	Em andamento
Trevo 02 (Cuiabá) - km 329,1	Em andamento
OAE sobre o Rio Cuiabá – 3370,18	Em andamento
Marginal 01 (Cuiabá) - km 324,84 ao 326,92	Em andamento
Acesso 03 (Várzea Grande): km 338,7	Em andamento
Fibra Óptica - km 460 ao km 577,7	Concluído
Fibra Óptica - km 398 ao 460	Concluído
Fibra Óptica - km 120 ao 302	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 08 – km 357,8	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 09 – km 450,5	Concluído
Construção da base definitiva SAU 10 – km 451,2	Concluído
Construção da base definitiva SAU 11 – km 496,7	Concluído
<b>Trecho Sul - km 0 Ao km 261,9</b>	<b>Status em 31/09/2025</b>
Recuperação do Pavimento e Demais Disciplinas	Em andamento
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Sozinho: km 24,43	Em andamento
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Itiquira: km 29,98	Em andamento
Adequação de Parâmetros - OAE Rio Cachoeira: km 44,46	Em andamento
Fibra Óptica - km 0 ao 120	Concluído
Adequação de Parâmetros 60 Meses – Trecho Sul: km 0 ao 130	Concluído
Reparos Profundos: Trecho DNIT entre Jaciara e Rondonópolis	Concluído

## 2.8. Financiamento de Longo Prazo e Emissão de Debêntures

Em 22 de novembro de 2024, a Concessionária celebrou os Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo, quais sejam:

- (i) Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real (“2ª Emissão de Debêntures”, individualmente um “Instrumento do Financiamento de Longo Prazo”), no valor de R\$ 4.875.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões de reais); e
- (ii) Contrato de Financiamento nº 24.2.0321.1 (“FINEM BNDES”, individualmente um “Instrumento do Financiamento de Longo Prazo” e, em conjunto com a 2ª Emissão de Debêntures, os “Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo”), celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R\$ 475.000.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões de reais).

No total dos dois Instrumentos do Financiamento de Longo prazo, a Concessionária aprovou o montante de crédito de R\$ 5.350.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais).

A totalidade dos recursos captados na 2ª Emissão de Debêntures e no FINEM BNDES será aplicado em reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos na Concessão realizados a partir de 08 de maio de 2023 até 15 de novembro de 2024 (data de emissão das debêntures da 2ª Emissão; e (b) investimentos futuros relativos à exploração da Concessão até a data de conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhorias.

Em 9 de outubro de 2025, foi realizado o desembolso referente ao Subcrédito A, no valor de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), e ao Subcrédito B, no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), do Contrato FINEM nº 24.2.0321.1, totalizando R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Posteriormente, em 22 de outubro de 2025, a Companhia procedeu com a integralização da segunda e da terceira séries da 2ª Emissão de Debêntures, correspondente a 1.080.000 (um milhão e oitenta mil) títulos ao valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, alcançando um montante total de R\$ 1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de reais).

Em 16 de dezembro de 2025, foi realizado o segundo desembolso pela Companhia referente ao Subcrédito A, no valor de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões) do Contrato FINEM. Em sequência, no dia 19 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu com a integralização da segunda série da 2ª Emissão de Debêntures, correspondente a 421.134 (quatrocentos e vinte e um mil e cento e trinta e quatro) títulos ao valor unitário de R\$ 1004,42925597 (Um mil e quatro reais e quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e sete décimos de milionésimos de real) cada, alcançando um montante total de R\$ 422.999.310,28 (Quatrocentos e vinte e dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, trezentos e dez reais e vinte e oito centavos).

## 2.9. Valor Adicionado

A Nova Rota gerou, em 2025, o valor adicionado de R\$ 564.290 mil, representando 20,2% da Receita Operacional Bruta (com ICPC 01), o que representa uma diminuição da margem bruta de valor adicionado de 33% em relação a 2024, quando o valor adicionado foi de R\$ 582.572 mil, representando 30,2% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

A distribuição do Valor Adicionado gerado pela Companhia está apresentada a seguir.

Distribuição do valor adicionado	2025	% do Ano	2024	% do Ano
Pessoal e encargos	80.954	14,3%	72.706	12,5%
Impostos, taxas e contribuições	135.954	24,1%	157.188	27,0%
Remuneração de capitais de terceiros	107.725	19,1%	8.655	1,5%
Remuneração de capitais próprios	239.657	42,5%	344.023	59,1%
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>564.290</b>	<b>100,0%</b>	<b>582.572</b>	<b>100,0%</b>

## 2.10. Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Durante o exercício de 2025 a Companhia não realizou a destinação de dividendos anuais obrigatórios aos acionistas.

Como parte dos compromissos assumidos perante os Credores dos Instrumentos de Financiamento de Longo Prazo da Concessionária, foi deliberada em Assembleia Geral da Acionista em novembro de 2024 a alteração do Estatuto Social da Companhia de forma a restringir qualquer forma de pagamento de recursos a qualquer de seus Acionistas.

Nos termos do artigo 24, parágrafo segundo, do Estatuto Social atualizado da Companhia, até a declaração da conclusão físico-financeira dos investimentos financiados, conforme previsto nos Instrumentos de Financiamento, o pagamento de dividendos estará vedado.

Após a declaração acima, a Companhia poderá distribuir dividendos mínimos conforme estabelecido em seu Estatuto Social, desde que esteja em cumprimento dos *covenants* dos Instrumentos. Adicionalmente, pagamentos que superem o parâmetro mínimo de distribuição conforme o Estatuto Social deverão ser anuídos pelos Credores dos Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo.

## 2.11. Planejamento Empresarial

Durante o ano de 2025, a Concessionária envidou seus máximos esforços na execução das obrigações do TAC Plano de Ação além da inclusão no contrato de novos investimentos como a duplicação do trecho entre Várzea Grande e Rosario Oeste, Área de Escape na Serra de São Vicente e Conectividade 4G ao longo de todo trecho da concessão.

Para o exercício de 2026, a Administração da Concessionária manterá como prioridade as execuções dos cronogramas do TAC Plano de Ação e novos investimentos contratuais conforme seu Plano de Negócios, especialmente no que tange o atendimento das obrigações presentes nos Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo para manutenção da viabilidade do ritmo das obras de ampliação de capacidade e melhorias da BR-163/MT

## 2.12. Gestão pela Qualidade Total

Alinhada às políticas de desenvolvimento sustentável e às obrigações previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER), a Nova Rota do Oeste mantém, desde 2016, um Sistema de Gestão Integrado (SGI) certificado nas normas ISO 9001 e ISO 14001:2015. Em janeiro de 2025, a Concessionária foi submetida a processo de recertificação (Figura 1) por auditoria externa, tendo obtido recomendação positiva para a manutenção das certificações, o que evidencia a solidez dos seus controles internos, a aderência regulatória e a efetividade dos processos de gestão da qualidade e ambiental.



Figura 1 - a) Certificado da Norma ISO 9001:2025; b) Certificado da Norma ISO 14001:2025.

A Política de Sustentabilidade e Qualidade (Figura 2) orienta a atuação da Concessionária no atendimento às expectativas das partes interessadas, incluindo o poder concedente (Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT), acionistas, usuários da rodovia e demais stakeholders relevantes. A gestão é conduzida com foco no cumprimento dos requisitos legais e contratuais, na inovação de processos e serviços, na promoção da saúde e da segurança, na proteção do meio ambiente e no monitoramento sistemático do desempenho operacional e socioambiental, com ênfase na melhoria contínua e na mitigação de riscos.



**Figura 2 - Política de Sustentabilidade & Qualidade.**

No âmbito do reconhecimento externo, a Nova Rota do Oeste mantém, desde 2020, o Selo Verde do Conselho Nacional de Defesa Ambiental (CNDIA), com validade bianual, renovado em dezembro de 2024 (Figura 3). A certificação atesta a adoção de práticas ambientais consistentes, o investimento contínuo em sustentabilidade e a condução das atividades com controle dos impactos ambientais, reforçando a credibilidade institucional perante investidores e demais públicos estratégicos.



**Figura 3 - Certificado Selo Verde (CNDA).**

Durante o exercício de 2025, a Concessionária definiu objetivos estratégicos do Sistema de Gestão voltados à eficiência na gestão de recursos, à mitigação de riscos climáticos, ao fortalecimento da cultura de segurança e à ampliação da transparência, da comunicação e da responsabilidade com os usuários. Essas diretrizes foram estabelecidas de forma alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e integradas ao planejamento corporativo, com horizonte de implementação até 2030, reforçando a visão de longo prazo e a sustentabilidade do negócio.

Foi concluída a atualização do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) do Licenciamento de Instalação das obras de Duplicação das obras de duplicação da BR-163/MT em áreas próximas a duas comunidades indígenas localizadas nos municípios de Santo Antônio do Leverger e Rondonópolis. O trabalho foi desenvolvido em parceria com a comunidade indígena Bororo e incluiu a identificação e avaliação dos impactos ambientais e socioculturais, positivos e negativos, associados à obra. Como resultado, foram estruturados sete programas socioambientais específicos, elaborados com apoio técnico especializado e aprovados pelas comunidades indígenas e pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), assegurando atendimento aos requisitos do licenciamento e mitigação de riscos socioambientais e reputacionais.

No que se refere ao licenciamento ambiental, a Concessionária obteve a Licença de Instalação nº 77541/2025 junto à Secretária de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT), referente à duplicação da Rodovia dos Imigrantes BR-163/070 MT, no município de Várzea Grande. Adicionalmente, no segundo semestre de 2025, foi protocolado o requerimento da Licença de Instalação do Contorno de Lucas do Rio Verde, projeto estratégico com aproximadamente 28,7 km de rodovia em pista dupla, cinco dispositivos em desnível e um retorno em nível. A implantação do contorno é fundamental para o escoamento da produção agrícola do Estado, especialmente soja, milho e algodão, e para a integração logística do corredor Cuiabá–Santarém. O traçado adotado apresenta maior viabilidade operacional, reduz interferências em áreas urbanas consolidadas e minimiza impactos ambientais ao desviar o tráfego de longa distância da área urbana, contribuindo para a redução de conflitos viários e do risco de acidentes.

Como parte do fortalecimento da agenda ESG, em abril de 2025, a Nova Rota do Oeste formalizou sua adesão ao Pacto Global da ONU, assumindo compromisso com princípios universais relacionados aos direitos humanos, às relações de trabalho, à proteção ambiental e ao combate à corrupção. A partir dessa adesão, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável priorizados passaram a integrar a documentação interna da Concessionária, criando valor sustentável no longo prazo.

No âmbito da gestão das mudanças climáticas, em maio de 2025, foi concluído o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), referente ao ano-base 2024, posteriormente submetido à validação por auditoria externa independente. Como desdobramento, em dezembro de 2025, a Concessionária realizou a compensação integral (100%) das emissões inventariadas (Figura 4), reforçando seu compromisso com a redução de riscos climáticos, a transparência das informações ambientais e a responsabilidade corporativa.



**Figura 4** - Certificado de Compensação de 4.030 toneladas de carbono (Unidades de Carbono Verificadas – VCUs).

No campo do engajamento interno e da cultura organizacional, em junho de 2025, foi realizada a Semana do Meio Ambiente, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, com ações de conscientização e educação ambiental voltadas aos integrantes, alcançando mais de 300 participantes, além da distribuição de mais de 250 mudas de árvores ornamentais e frutíferas (Figura 5).



**Figura 5** - Distribuição de mudas de árvores ornamentais e frutíferas.

Em julho de 2025, pelo sexto ano consecutivo, a Nova Rota do Oeste obteve posição de destaque no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da ANTT, sendo classificada em primeiro lugar na categoria Classe A. A pontuação superior a 90% garantiu, pelo segundo ano consecutivo, a manutenção da classificação máxima, evidenciando a consistência das práticas ambientais, sociais e de inovação adotadas pela Concessionária.

Em novembro de 2025, foi promovida a Semana da Qualidade, em alusão ao Dia Mundial da Qualidade, com iniciativas voltadas ao estímulo à inovação, à melhoria de processos e ao pensamento crítico, alinhadas à temática global “Qualidade: Pense Diferente”, alcançando mais de 250 integrantes.

Ao longo do exercício, a Concessionária também desenvolveu ações contínuas de conscientização interna e externa, incluindo orientações sobre a convivência segura e responsabilidade com animais domésticos, silvestres e de grande porte na rodovia, com divulgação por meios digitais e materiais impressos direcionados aos usuários. Adicionalmente, foram realizadas campanhas institucionais relacionadas às mudanças climáticas, ao Dia Mundial da Água, ao Dia dos Povos Indígenas e ao Dia Mundial da Reciclagem, bem como os Diálogos da Sustentabilidade, realizados mensalmente, com foco em temas relevantes para a gestão ambiental e da qualidade.

Como iniciativa de destaque, foi realizada a campanha do Dia do Consumo Consciente, com a suspensão do uso de copos descartáveis na sede administrativa. A ação contribuiu para a redução significativa da geração de resíduos e para o fortalecimento da cultura organizacional voltada à sustentabilidade. A divulgação dos resultados evidenciou a expressiva redução no consumo de descartáveis, com elevada aceitação interna, conforme apurado em pesquisa de reação.

Por fim, em novembro de 2025, o Gerente de Sustentabilidade, Wilmar Manzi (Figura 6), participou do podcast “Diálogos com a Sociedade”, promovido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT).



**Figura 6** - Participação do Gerente de Sustentabilidade, Wilmar Manzi, no podcast “Diálogos com a Sociedade”.

Na ocasião, foram apresentadas iniciativas da Nova Rota do Oeste relacionadas à agenda de Lixo Zero, incluindo a coleta e destinação adequada de 100% dos resíduos gerados na rodovia, à compensação das emissões de gases de efeito estufa e a programas de proteção da fauna, tais como a construção de passagens subterrâneas e cercas-guia para evitar atropelamentos de animais silvestres. A participação institucional reforça a transparência das práticas socioambientais da Concessionária e seu compromisso com o diálogo com a sociedade e com a promoção de políticas sustentáveis.

### **2.13. Gestão de Pessoas**

A base para integração de pessoas na empresa é feita sob a confiança nessas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A Concessionária terminou o ano de 2025 com o efetivo de 998 integrantes diretos (não incluindo estagiários e aprendizes).

A Nova Rota intensificou seus investimentos em capacitação técnica e desenvolvimento humano, realizando treinamentos voltados à qualificação operacional, gestão de processos, tecnologia voltada em Inteligência Artificial, cultura e liderança. As ações incluíram capacitações técnicas específicas das áreas operacionais e de obras, programas de segurança viária, inspeção de tráfego, operação de equipamentos, além de iniciativas em gestão, processos e tecnologia, como BPM, sistemas corporativos e formação em Power BI.

No campo do desenvolvimento humano, foram promovidos treinamentos em saúde mental, bem-estar, cultura organizacional, valores, práticas comportamentais e formação de lideranças, com destaque para a Rota da Liderança – Coordenadores, Supervisores e Líderes de pedágio e tráfego. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Nova Rota com a excelência operacional, a segurança, o fortalecimento da cultura e o desenvolvimento contínuo das pessoas.

A carga horária total de treinamento no ano de 2025, contando todas as áreas da empresa treinadas em algum ou mais programas, perfazem 40.800 horas e uma média de 37 horas por integrante em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas diversas áreas de tecnologia e gestão, bem como oferecer aos integrantes oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

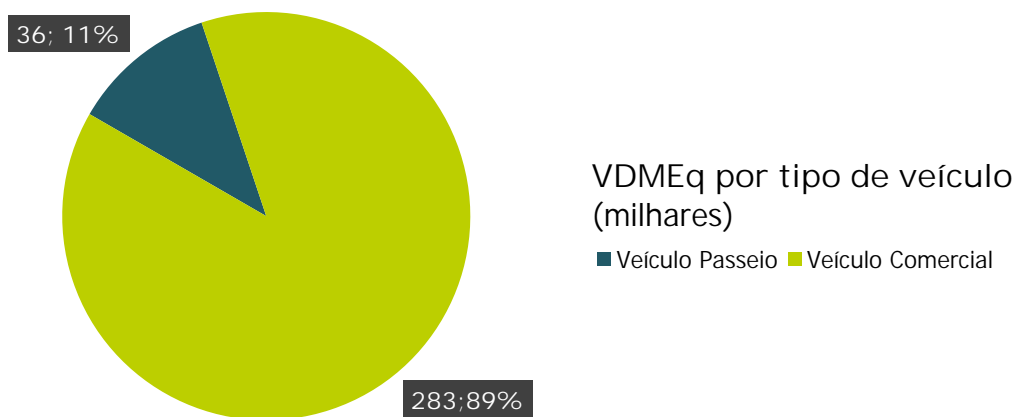
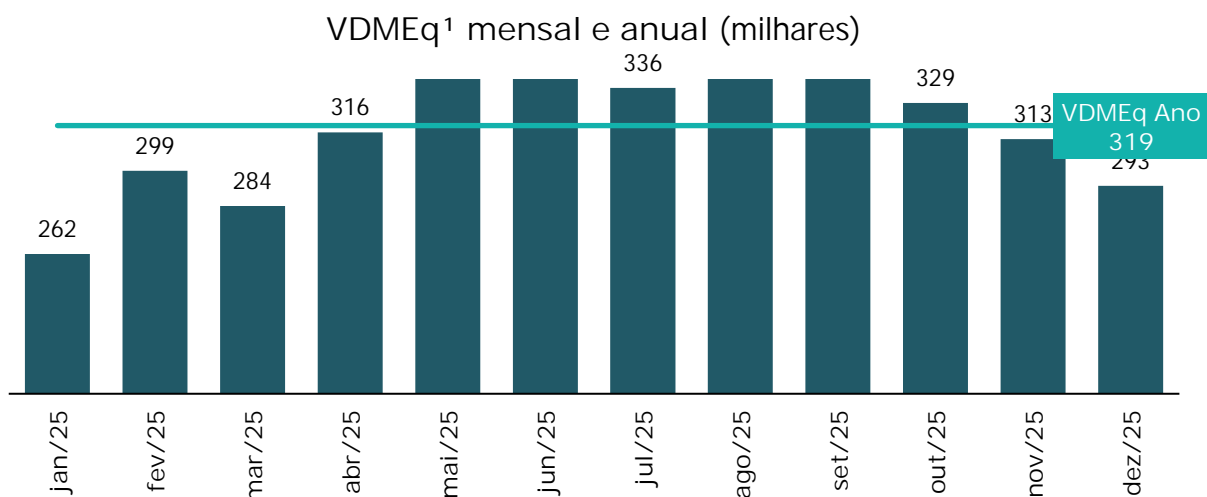
Além disso, a Companhia investiu mais de R\$ 300 mil em auxílios para educação para pós-graduação, mestrado, especializações, e participações em congressos técnicos, sendo uma estratégia fundamental para o crescimento e a sustentabilidade da Companhia.

### 3. Indicadores Operacionais

#### 3.1. Caracterização do Tráfego

##### Volume

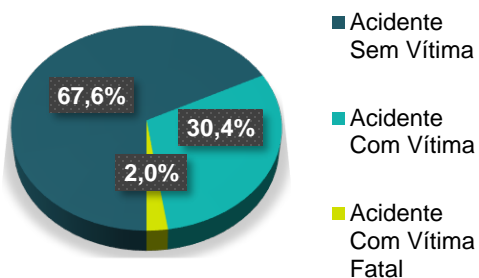
Nas figuras a seguir é apresentado o VDMEq mensal e total de 2025, além da representatividade de Veículos Leves e Pesados no indicador.



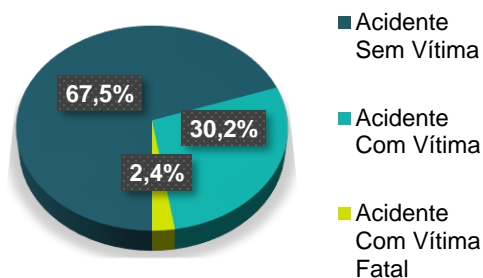
#### 3.2. Segurança no Trânsito – Número de Ocorrências

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e tipo de ocorrência no exercício corrente e no exercício anterior.

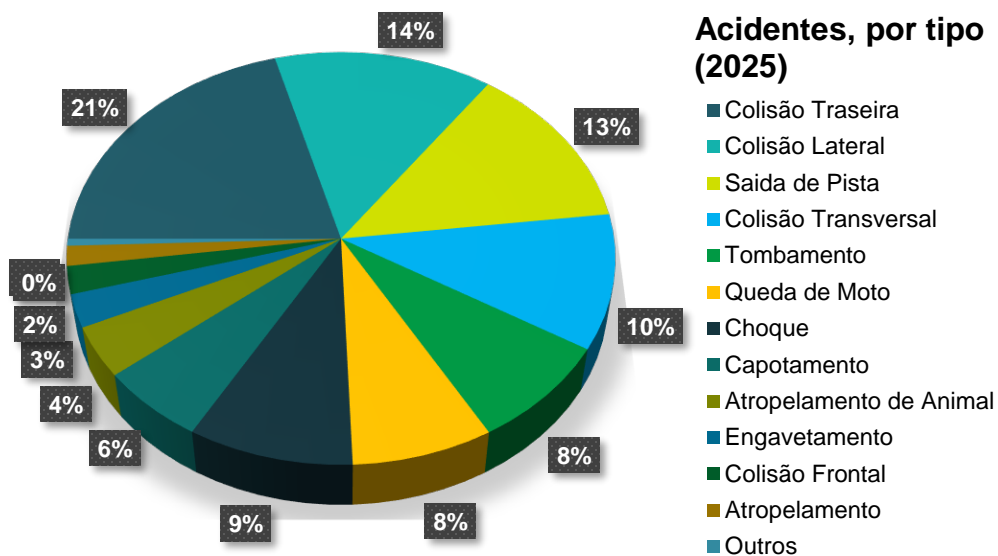
### Acidentes, por grau da ocorrência (2025)

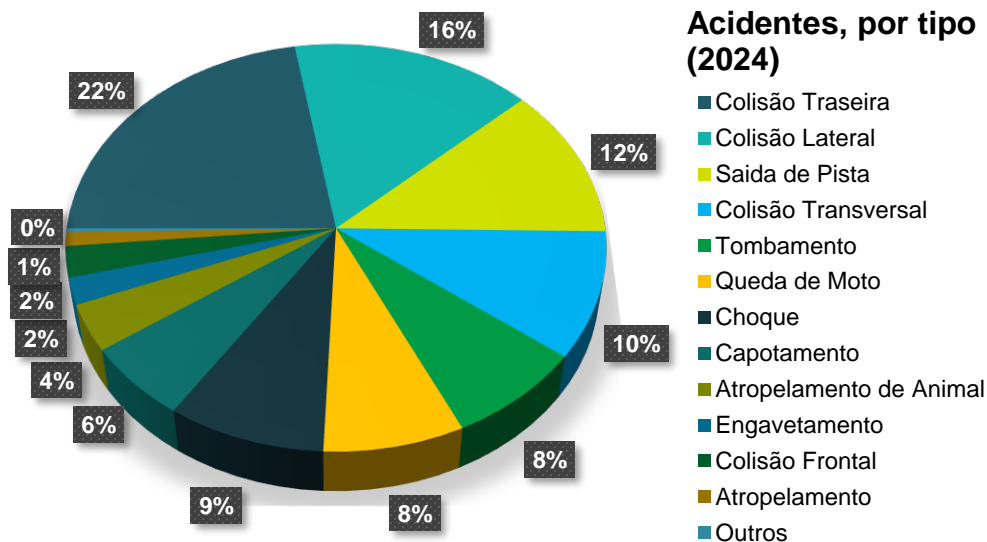


### Acidentes, por grau da ocorrência (2024)



A figura a seguir apresenta valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia no ano de 2025 e 2024.





### 3.3. Dados Operacionais da Concessão

#### 3.3.1. Veículos Alocados

Na tabela a seguir são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão do exercício de 2025.

Em atendimento ao Manual de Contabilidade ANTT, e com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é apresentado um indicador da quantidade de veículos dividida pela extensão da via sob concessão (coluna “Quantidade/100km”). Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

De maneira a tornar o número mais tangível aos leitores do Relatório de Administração, é apresentado um indicador adicional que converte o indicador obrigatório em uma distribuição dos veículos pela extensão da BR-163/MT.

Tipo de Veículos	Quantidade	Quantidade / 100 km	Conversão
<b>Total de Veículos Operacionais</b>	<b>108</b>	<b>12,69</b>	<b>1 veículo a cada 7,50 km.</b>
Ambulância de Resgate/UTI - Tipo D	5	0,59	1 veículo a cada 170,00 km.
Ambulância de Resgate - Tipo C	16	1,88	1 veículo a cada 50,00 km.
Carretinha de Apreensão de Animais	5	0,59	1 veículo a cada 170,00 km.
Carreta de PMV	13	1,53	1 veículo a cada 65,00 km.
Guincho Leve	26	3,06	1 veículo a cada 32,50 km.
Guincho Pesado	12	1,41	1 veículo a cada 70,00 km.
Caminhão - Pipa	6	0,71	1 veículo a cada 140,00 km.
Veículo de inspeção	25	2,94	1 veículo a cada 33,00 km.
<b>Total de Veículos de Apoio</b>	<b>111</b>	<b>13,05</b>	<b>1 veículo a cada 7,00 km.</b>
Administrativo	103	12,10	1 veículo a cada 4,25 km.
Fiscalização ANTT	3	0,35	1 veículo a cada 280,00 km.
Manutenção	5	0,59	1 veículo a cada 170,00 km.
<b>Total de Veículos Operacionais</b>	<b>219</b>	<b>25,74</b>	<b>1 veículo a cada 3,75 km.</b>

### 3.3.2. Funcionários Alocados

Na tabela a seguir são apresentadas as quantidades totais de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do exercício de 2025.

Em atendimento ao Manual de Contabilidade ANTT, e com objetivo de permitir a comparação proporcional entre Concessionárias, é apresentado um indicador que quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida (coluna “Pessoas/VDMA”). Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

De maneira a tornar o número mais tangível aos leitores do Relatório de Administração, é apresentado um indicador adicional que converte o indicador obrigatório em uma proporção dos funcionários alocados na Operação da BR-163/MT pelo VDMA do exercício de 2025.

Equipe Operação	Quantidade	Quantidade / 100 km	Conversão
<b>Praças de Pedágio</b>	<b>320</b>	<b>37,61</b>	<b>1 pessoa a cada 250 mil veículos.</b>
Supervisor de Operações (Pedágio)	3	0,35	1 pessoa a cada 27.000 veículos.
Lider de Pedágio	36	4,23	1 pessoa a cada 2.250 veículos.
Operador de Pedágio	241	28,32	1 pessoa a cada 335 veículos.
Operador de Pedágio e Pesagem	14	1,65	1 pessoa a cada 5.800 veículos.
Analista de Operações e Pesagem	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Auxiliar de Limpeza	17	2,00	1 pessoa a cada 4.750 veículos.
Auxiliar de Serviços Gerais	8	0,94	1 pessoa a cada 10.150 veículos.
<b>Bases de Atendimento ao Usuário (“SAU”)</b>	<b>251</b>	<b>29,50</b>	<b>1 pessoa a cada 320 mil veículos.</b>
Supervisor de Operações (Tráfego)	10	1,18	1 pessoa a cada 8.000 veículos.
Inspetor de Tráfego	3	0,35	1 pessoa a cada 27.000 veículos.
Operador de Tráfego I	194	22,80	1 pessoa a cada 415 veículos.
Operador de Tráfego II	42	4,94	1 pessoa a cada 1.750 veículos.
Analista Adm. de Operações Jr	2	0,24	1 pessoa a cada 40.500 veículos.
<b>Centro de Controle de Operações (“CCO”)</b>	<b>30</b>	<b>3,53</b>	<b>1 pessoa a cada 2.500 veículos.</b>
Coordenador de CCO	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Analista de CCO Jr	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Controlador de CCO I	9	1,06	1 pessoa a cada 9.000 veículos.
Controlador de CCO II	15	1,76	1 pessoa a cada 5.000 veículos.
Controlador de CCO III	4	0,47	1 pessoa a cada 20.000 veículos.
<b>Diretoria de Operações</b>	<b>11</b>	<b>1,29</b>	<b>1 pessoa a cada 7.000 veículos.</b>
Diretor de Operações	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Gerente de Operações	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Gerente de Eficiência Operacional	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Coordenador de Operações	3	0,35	1 pessoa a cada 27.000 veículos.

Coordenador de Segurança Viária	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Equipe de Segurança Viária	2	0,24	1 pessoa a cada 40.500 veículos.
Analistas e Assistente de logística	2	0,24	1 pessoa a cada 40.500 veículos.
<b>Centro de Controle de Arrecadação (“CCA”)</b>	<b>9</b>	<b>1,06</b>	<b>1 pessoa a cada 9.000 veículos.</b>
Coordenadora de CCA	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Analista de CCA	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Assistente de CCA	7	0,82	1 pessoa a cada 11.500 veículos.
<b>Gestão da Frota</b>	<b>7</b>	<b>0,82</b>	<b>1 pessoa a cada 11.500 veículos.</b>
Coordenador de Operações	1	0,12	1 pessoa a cada 81.000 veículos.
Analista de Frota	2	0,24	1 pessoa a cada 40.500 veículos.
Técnico de Manutenção Frota	4	0,47	1 pessoa a cada 20.000 veículos.
<b>TOTAL</b>	<b>628</b>	<b>73,80</b>	<b>1 pessoa a cada 125 mil veículos.</b>

#### 4. Aspectos Financeiros

As tabelas dos tópicos a seguir tem a finalidade de apresentar indicadores financeiros da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com seu valor acumulado desde o início da Concessão, somados em sua base nominal (a valores correntes de cada ano).

##### 4.1. Receitas (em R\$ mil)

O valor correspondente a receita é obtida pela cobrança da tarifa de pedágio (Receita de Pedágio) e com a permissão para utilização da faixa de domínio da rodovia (Receita Acessória).

Receitas	2025	Acumulado
Receita de Pedágio	759.201	5.375.720
Receita Acessória	7.341	70.703
<b>Total</b>	<b>766.542</b>	<b>5.446.423</b>

##### 4.2. Investimentos (em R\$ mil)

Investimento bruto	2025	Acumulado
Adição de Intangível, Imobilizado e Ativo de Contrato (CPC 01), antes de amortizações e baixas	2.058.210	6.081.356
<b>Total</b>	<b>2.058.210</b>	<b>6.081.356</b>

Acima estão representadas as adições ao Intangível, ao Imobilizado, e ao Ativo de Contrato realizado em 2025, uma métrica para os investimentos realizados pela Concessionária na BR-163/MT.

**4.3. Custos Operacionais (em R\$ mil)**

<b>Custos Operacionais</b>	<b>2025</b>	<b>Acumulado</b>
Custos Operacionais (sem provisões e depreciação)	2.193.673	7.361.058
<b>Total</b>	<b>2.193.673</b>	<b>7.361.058</b>

**4.4. ISS repassados (em R\$ mil)**

<b>ISS repassados</b>	<b>2025</b>	<b>Acumulado</b>
ISS repassados	(36.245)	258.925
<b>Total</b>	<b>(36.245)</b>	<b>258.925</b>

#### 4.5. Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio vigente em 31/12/2025.

Categoria	Itiquira (PP1)	Rondonópolis (PP2)	Campo Verde (PP3)	Sto. Antonio de Leverger (PP4)	Jangada (PP5)	Nobres (PP6)	Nova Mutum (PP7)	Lucas do Rio Verde (PP8)	Sorriso (PP9)
Categoria 1	R\$ 6,60	R\$ 7,50	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 8,10	R\$ 6,70	R\$ 5,40	R\$ 7,10	R\$ 10,40
Categoria 2	R\$ 13,20	R\$ 15,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 16,20	R\$ 13,40	R\$ 10,80	R\$ 14,20	R\$ 20,80
Categoria 3	R\$ 9,90	R\$ 11,25	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 12,15	R\$ 10,05	R\$ 8,10	R\$ 10,65	R\$ 15,60
Categoria 4	R\$ 19,80	R\$ 22,50	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 24,30	R\$ 20,10	R\$ 16,20	R\$ 21,30	R\$ 31,20
Categoria 5	R\$ 13,20	R\$ 15,00	R\$ 12,00	R\$ 12,00	R\$ 16,20	R\$ 13,40	R\$ 10,80	R\$ 14,20	R\$ 20,80
Categoria 6	R\$ 26,40	R\$ 30,00	R\$ 24,00	R\$ 24,00	R\$ 32,40	R\$ 26,80	R\$ 21,60	R\$ 28,40	R\$ 41,60
Categoria 7	R\$ 33,00	R\$ 37,50	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 40,50	R\$ 33,50	R\$ 27,00	R\$ 35,50	R\$ 52,00
Categoria 8	R\$ 39,60	R\$ 45,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 48,60	R\$ 40,20	R\$ 32,40	R\$ 42,60	R\$ 62,40
Categoria 9	R\$ 3,30	R\$ 3,75	R\$ 3,00	R\$ 3,00	R\$ 4,05	R\$ 3,35	R\$ 2,70	R\$ 3,55	R\$ 5,20
Categoria 6+1	R\$ 46,20	R\$ 52,50	R\$ 42,00	R\$ 42,00	R\$ 56,70	R\$ 46,90	R\$ 37,80	R\$ 49,70	R\$ 72,80
Categoria 6+2	R\$ 52,80	R\$ 60,00	R\$ 48,00	R\$ 48,00	R\$ 64,80	R\$ 53,60	R\$ 43,20	R\$ 56,80	R\$ 83,20
Categoria 6+3	R\$ 59,40	R\$ 67,50	R\$ 54,00	R\$ 54,00	R\$ 72,90	R\$ 60,30	R\$ 48,60	R\$ 63,90	R\$ 93,60
Categoria 6+4	R\$ 66,00	R\$ 75,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 81,00	R\$ 67,00	R\$ 54,00	R\$ 71,00	R\$ 104,00
Eixos Adicionais	R\$ 6,60	R\$ 7,50	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 8,10	R\$ 6,70	R\$ 5,40	R\$ 7,10	R\$ 10,40

## 5. Concessionária em números

Dados de 2025	Unidade de medida e comentário
<b>Características da Via</b>	
Quilômetros de Rodovia	850,9 km
Número de veículos absolutos que transitaram	Leves: 13,3 milhões (45%)
	Pesados: 16,3 milhões (55%)
Número de praças de pedágio	9
Tarifa de Pedágio	R\$ 7,59 / 100 km
Número de quilômetros mantidos	850,9 km
Índice de congestionamento	n/a
Trânsito médio diário anual equivalente	319.428
Equipes utilizadas pelo concessionário	Praças de Pedágio (320)
	Bases SAU (251)
	CCO (30)
	Diretoria de Operações (11)
	CCA (9)
	Frota (7)
Índices de qualidade da estrada - Pista Simples Trecho CNRO <sup>1</sup>	IRI $\leq$ 3,5 Irregularidade Longitudinal (IRI), cerca de 91,8% da pista simples está de acordo com o índice estabelecido.
	ATR $\leq$ 12mm Para o Afundamento de Trilha de Roda, 99,74% da pista simples está de acordo com o índice estabelecido.
Índices de qualidade da estrada - Pista Dupla Trecho CNRO	IRI $\leq$ 2,7 Irregularidade Longitudinal, cerca de 99,5% da pista dupla está de acordo com o índice estabelecido.
	IGG $\leq$ 30 <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Os dados apresentados baseiam-se nos resultados da Monitoração de Pavimento realizada durante o mês de outubro de 2025. Esses resultados foram consolidados, permitindo a identificação da condição do pavimento no trecho sob concessão (trecho “CNRO”), compreendendo os segmentos das rodovias BR-163/MT, do km 0+000 ao km 130+200 e do km 507+000 ao km 855+000; BR-070/MT, do km 495+900 ao km 524+000; e BR-364/MT, do km 434+600 ao km 542+800, abrangendo todas as faixas de tráfego.

<sup>2</sup> Informamos que este parâmetro deixou de ser cobrado no presente ano concessão, em razão do disposto no 18º Termo Aditivo ao contrato, que alterou as condições anteriormente vigentes.

Dados de 2025	Unidade de medida e comentário
Índices de qualidade da estrada - Pista Simples Trecho DNIT <sup>1</sup>	O Índice de Gravidade Global, cerca de 94,00% da pista dupla está de acordo com o índice estabelecido. ATR ≤ 7mm Para o Afundamento de Trilha de Roda, 98,6% da pista dupla está atendendo o índice estabelecido.
	IRI ≤ 3,5 Irregularidade Longitudinal, cerca de 69,0% da pista simples está de acordo com o índice estabelecido. ATR ≤ 12mm Para o Afundamento de Trilha de Roda, 100,0% da pista simples está de acordo com o índice estabelecido.
Índices de qualidade da estrada - Pista Simples Trecho DNIT	IRI ≤ 2,7 Irregularidade Longitudinal, cerca de 75,0% da pista dupla está de acordo com o índice estabelecido.
	IGG ≤ 30 O Índice de Gravidade Global, cerca de 51,00% da pista dupla está de acordo com o índice estabelecido. <sup>2</sup> ATR ≤ 7mm Para o Afundamento de Trilha de Roda, 92,4% da pista dupla está atendendo o índice estabelecido.
Receita Líquida	R\$ 703.419 mil
Custos dos serviços prestados	R\$ 169.684 mil
<b>Fator Trabalho</b>	
Número de trabalhadores	998
Despesas de pessoal	R\$ 68.541 mil
Trabalhadores Subcontratados	3.031
<b>Fator Capital</b>	
Despesas de depreciação	R\$ 147 milhões

<sup>1</sup> Os dados apresentados baseiam-se nos resultados da Monitoração de Pavimento realizado durante o mês de outubro de 2025. Esses resultados foram consolidados, permitindo a identificação da condição do pavimento no trecho sob concessão (trecho “DNIT”), compreendendo os segmentos das rodovias BR-364/MT, do km 211+300 ao km 402+800 e do km 542+800 ao km 588+460, abrangendo todas as faixas de tráfego.

<sup>2</sup> Informamos que este parâmetro deixou de ser cobrado no presente ano concessão, em razão do disposto no 18º Termo Aditivo ao contrato, que alterou as condições anteriormente vigentes.

Dados de 2025	Unidade de medida e comentário
Ativo líquido	R\$ 1.447 milhões
Ativo bruto	R\$ 5.496 milhões
Série histórica dos investimentos	R\$ 3.744 milhões
Custo de oportunidade de capital	n/a
Fator Intermediários	
Despesas em administração	R\$ 124 milhões
Despesas em manutenção	R\$ 76 milhões
Outras despesas	-
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Acidente Sem Vítima: 2.810
	Acidente Com Vítima: 1.263
	Acidente Com Vítima Fatal: 84
Indicadores	
Receita líquida por km	R\$ 827 mil / km
Custo por km	R\$ 199 mil / km

## 6. Balanço Social

### Concessionária Rota do Oeste S.A. Balanço social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

Balanço social	2025	2024
<b>1 - Faturamento bruto (sem ICPC 01)</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
Receita líquida (RL)	703.419	672.326
Resultado operacional (RO)	322.341	355.755
<b>1.1 - Folha de pagamento bruta (FPB)</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	68.541	56.538
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-	-

## Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Balço social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

Balço social		2025		2024		
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>	<b>Valor</b>	<b>% Sobre FPB</b>	<b>% Sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% Sobre FPB</b>	<b>% Sobre RL</b>
Alimentação	10.235	14,93%	1,46%	10.364	18,33%	1,54%
Encargos sociais	13.754	20,07%	1,96%	13.272	23,47%	1,97%
Previdência privada	821	1,20%	0,12%	712	1,26%	0,11%
Saúde	7.829	11,42%	1,11%	7.064	12,49%	1,05%
Segurança e Saúde no trabalho	402	0,59%	0,06%	325	0,57%	0,05%
Educação	0	0,00%	0,00%	23	0,04%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	848	1,24%	0,12%	718	1,27%	0,11%
Creches ou auxílio creche	784	1,14%	0,11%	714	1,26%	0,11%
Participação os lucros ou resultados	8.789	12,82%	1,25%	4.475	7,92%	0,67%
Outros	181	0,26%	0,03%	229	0,41%	0,03%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>43.643</b>	<b>63,67%</b>	<b>6,20%</b>	<b>37.896</b>	<b>67,03%</b>	<b>5,64%</b>
Tributos (Exceto encargos sociais)		125.256		147.043		
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>		<b>168.899</b>		<b>184.939</b>		
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>	<b>Valor</b>	<b>% Sobre FPB</b>	<b>% Sobre RL</b>	<b>Valor</b>	<b>% Sobre FPB</b>	<b>% Sobre RL</b>
Sem valores a informar	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>4 - Indicadores ambientais</b>	<b>Valor</b>		<b>Valor</b>			
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	3.369		2.445			

**Concessionária Rota do Oeste S.A.**
**Balanco social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

<b>Balanco social</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Investimentos em programas e/ou projetos externos	3.556	1.045
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>6.925</b>	<b>3.490</b>

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% (x) Cumpre de 75 a 100%	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% (x) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

<b>5 - Indicadores do Corpo Funcional</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Nº de colaboradores ao final do período	998	988
Tempo de serviço	16,13% até 06 meses.	14,27% até 06 meses
	11,93% de 06 meses a 01 ano.	12,55% de 06 meses a 01 ano
	16,33% entre 01 a 02 anos.	23,48% entre 01 a 02 anos
	30,06% entre 02 a 05 anos.	25,91% entre 02 a 05 anos
	25,55% acima de 05 anos.	23,79% acima de 05 anos
Nº de admissões durante o período	432	347
Nº de demissões durante o período	402	289
Nº de colaboradores terceirizados	3.031	2.090
Nº de estagiários (as)	15	25
Nº de colaboradores com até 18 anos	3	1
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	108	123
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	719	699
Nº de colaboradores acima de 45 anos	168	165
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	454	450

**Concessionária Rota do Oeste S.A.**
**Balanco social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

<b>Balanco social</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	97	90
% de cargos gerenciais ocupados por negros	7%	0,20%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	39	35
Total de horas extras trabalhadas	133.085	156.142
Total de horas extras pagas	R\$ 2.752	R\$ 2.574
Total de INSS pagos	R\$ 9.272	R\$ 8.710
Total de FGTS pago	R\$ 3.056	R\$ 3.127
Total de Contribuição Sindical paga	R\$ 167	R\$ 228
Total dos demais encargos sociais pagos	R\$ 1.259	R\$ 1.207
Total de ICMS recolhidos no período	R\$ 0	R\$ 0
Total de IR recolhido no período	R\$ 14.267	R\$ 8.439
Total de CSLL recolhido no período	R\$ 28.455	R\$ 29.889
Total de PIS recolhidos no período	R\$ 4.771	R\$ 4.552
Total de COFINS recolhidos no período	R\$ 22.021	R\$ 21.012
Total de outros tributos recolhidos no período	R\$ 36.745	R\$ 35.425

<b>6 - Exercício da cidadania empresarial</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Número total de acidentes de trabalho	67	41
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( ) direção
	(x) direção e gerencias	(x) direção e gerencias
	( ) todos os colaboradores	( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerencias	( ) direção e gerencias
	( ) todos os colaboradores	( ) todos os colaboradores
	(x) todos + CIPA	(x) todos + CIPA

## Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Balço social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra unidade)

Balço social	2025	2024
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não se envolve
	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT
	<input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção
	<input type="checkbox"/> direção e gerencias	<input type="checkbox"/> direção e gerencias
	<input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção
	<input type="checkbox"/> direção e gerencias	<input type="checkbox"/> direção e gerencias
	<input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> não são considerados
	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são sugeridos
	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia	<input type="checkbox"/> apoia
	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	88% na Concessionária	93% na Concessionária
	1% no PROCON	1% no PROCON
	12% na Justiça	6% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	564.778	582.572
Distribuição do Valor Adicionado	24% ao Poder Público	27% ao Poder Público
	42% ao(s) Acionista(s)	59% ao(s) Acionista(s)
	14% aos Colaboradores	12% aos Colaboradores
	19% aos Terceiros	1% aos Terceiros

**7. Governança**

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital aberto registrada na categoria “B” perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da sua então controladora, na época, a OTP Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Companhia, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por seis membros.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração, demonstrações contábeis e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, que deve ser composta de no mínimo dois diretores, e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e de Relação com Investidores e outros três Diretores sem designação específica. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por dois diretores.

A Companhia implantou em 2014 um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente (“Sistema de Conformidade”). Esse sistema de conformidade inclui: i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração; ii) Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; iii) programa contínuo de capacitação e comunicação aos integrantes; iv) processo de análise reputacional de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção; v) avaliação de riscos; vi) auditorias de processos; e vii) disponibilização de um canal de Linha de Ética gerenciado por empresa especializada e independente, para recebimento de eventuais relatos sobre Desvios de Condutas.

Com a troca do controle acionário da companhia, a política de conformidade foi submetida à deliberação do Conselho de Administração, sendo integralmente ratificada pela nova gestão.

## **8. Responsabilidade Social**

### **8.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades**

Em 2025 a Nova Rota do Oeste realizou as seguintes ações e projetos de Responsabilidade Social:

### **8.1.1. Projeto Parada Legal**

O projeto visa promover a saúde e o bem-estar dos Usuários da Rodovia, em especial aos caminhoneiros, que somam 70% do total de condutores que trafegam pela BR-163/MT1.

O projeto foca em ações preventivas, oferecendo atendimentos médicos, nutricionais e orientativos à conscientização dos Usuários quanto à sua condição física e conformidade às normas de trânsito e legislações aplicáveis, almejando como objetivos a melhoria de sua qualidade de vida e na redução dos acidentes causados por causas relacionadas à saúde dos Usuários.

O projeto em 2025 foi realizado em duas edições, sendo a primeira no mês de maio no município de Sorriso, no norte do Estado. A primeira edição contou com o apoio e parceria da ANTT, Polícia Rodoviária Federal (“PRF”), do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (“Detran-MT”), da Secretaria Municipal de Saúde de Sorriso, da Federação das Indústrias, por meio do Sesi Saúde, do CVV, da Castrillon Autopeças, Anhanguera Sorriso, Óticas Bali, além do Posto Redentor.

Nesta edição foram atendidos 367 usuários, totalizando 6.946 atendimentos variados, como a verificação de Índice de Massa Corpórea (“IMC”), aferição de pressão arterial, glicose sanguínea, orientação nutricional, vacinação, apoio emocional, exame de acuidade visual, corte de cabelo e massagem, além de orientações gerais com a equipe do Detran-MT e do departamento de Faixa de Domínio da Nova Rota.

A segunda edição do Parada Legal de 2025 foi realizada no município de Rondonópolis, no sul do Estado. O evento contou novamente com apoio da PRF, da ANTT e do Detran-MT, além da Secretaria Municipal de Saúde de Rondonópolis, do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (“SEST SENAT”), do CVV, do Sesi Saúde, do Posto Aldo, da Rumo Logística, da Castrillon Autopeças e do Mercado dos Óculos.

Na segunda edição de 2025, foram atendidos 356 usuários, totalizando 7.022 atendimentos variados, como aferições relacionadas à área da saúde física e bucal, orientações sobre segurança viária e documentações de trânsito, vacinação, apoio emocional, corte de cabelo, manicure e massagem, balcão de empregos e consultas sobre a faixa de domínio da rodovia.

A seguir segue um breve relatório fotográfico das edições do Parada Legal 2025.

---

<sup>1</sup> Fonte: Concessionária Rota do Oeste.



Figura 7 - Projeto Parada Legal Nova Rota do Oeste

### 8.1.2. Campanha de Comunicação Educativa de Segurança Viária

A segurança viária é uma preocupação primordial, não apenas para a Nova Rota, mas para toda a comunidade que trafega e reside ao longo da BR-163 entre os municípios de Itiquira e Sinop, em Mato Grosso. Com o intuito de promover uma cultura de trânsito mais segura, saudável e consciente, foi realizada a campanha "Desacelere. Seu bem maior é a vida", inspirada no mote das campanhas educativas do Conselho Nacional de Trânsito ("Contran") em 2025, veiculada durante os meses de agosto a dezembro, incluindo o importante período da Semana Nacional de Trânsito em setembro.

A campanha da Nova Rota integrou-se aos esforços nacionais de promoção da educação e segurança para o trânsito orientados pelo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito ("PNATRANS") do Ministério dos Transportes do Governo Federal, conscientizando condutores e pedestres sobre suas responsabilidades coletivas na construção de um ambiente viário pacífico, seguro, inclusivo e democrático. Seu principal objetivo foi incentivar boas práticas e reflexões sobre a conduta no trânsito, promovendo comportamentos responsáveis que contribuam para a redução de sinistros, mortes e lesões, preservando vidas.

A campanha foi veiculada através de diversos canais de comunicação e teve alcance acima do esperado: pelo rádio, mais de 1,3 milhões de ouvintes foram alcançados em recorrência mensal; o banner da campanha nos sites de notícias registrou mais de 11,3 milhões de acessos mensais; e nas redes sociais, com os melhores resultados de alcance e visibilidade direta, a campanha de segurança viária da Nova Rota obteve média mensal de 270 mil pessoas alcançadas, 550 mil impressões, 60 mil reproduções de vídeos, 53 mil engajamentos e 400 cliques no site da concessionária.

Abaixo estão reproduzidas algumas das peças produzidas e veiculadas no ano de 2025.

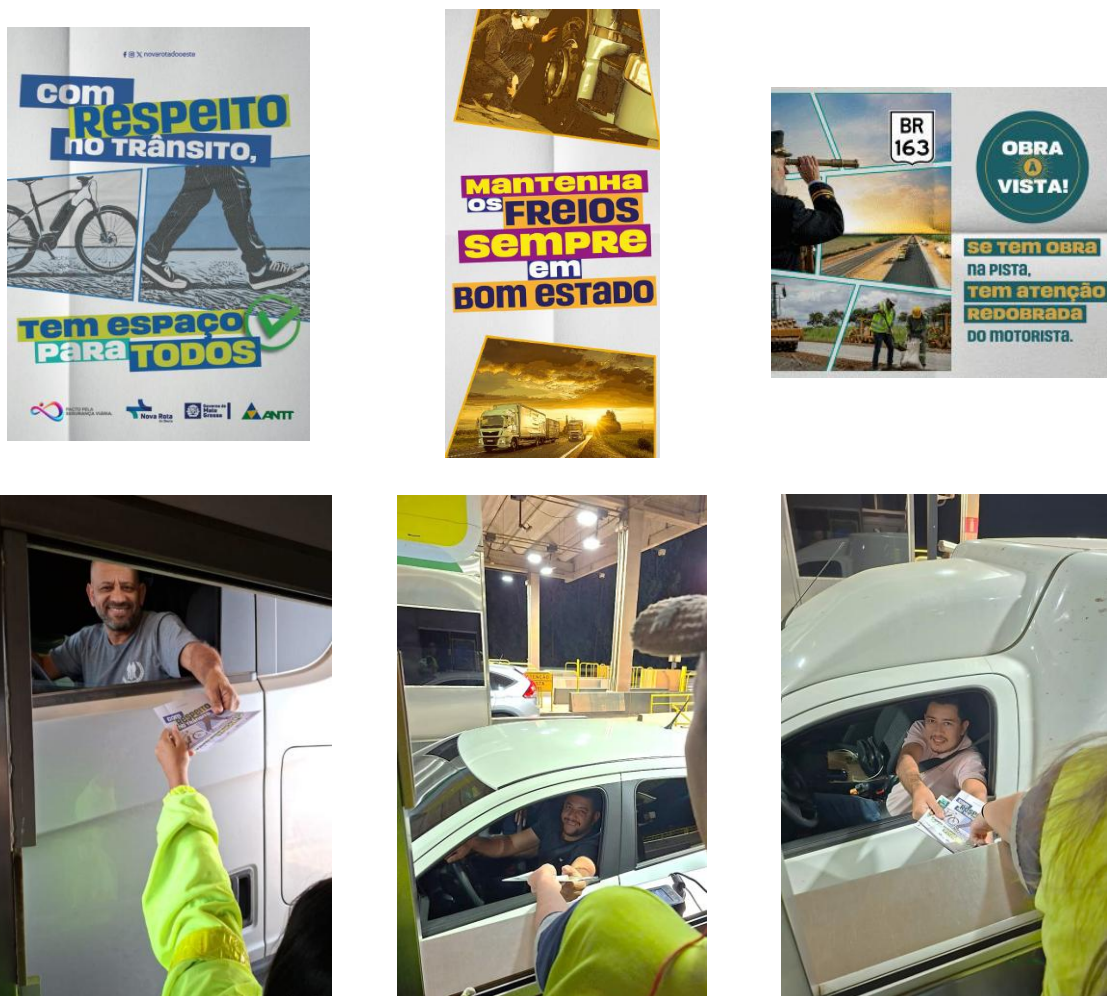


Figura 8 - Peças para campanha de educação de segurança viária

### 8.1.3. Projeto Rota do Bem

O projeto Rota do Bem foi realizado em 2025 pela área de Conformidade em escolas municipais de três municípios do trecho concessionado, com o objetivo de reforçar aos mais de 1.100 alunos ensinamentos essenciais para a segurança em ruas e rodovias (como o uso da faixa de pedestres, das passarelas e o reconhecimento das principais placas de trânsito) ao mesmo tempo em que desperta a importância da ética, do respeito e da responsabilidade no convívio social.

O Projeto utiliza apresentações lúdicas e musicais para ensinar crianças sobre educação no trânsito e valores de convivência, como respeito, responsabilidade, honestidade e solidariedade, formando cidadãos mais conscientes e íntegros.

A seguir um breve relatório fotográfico do projeto.



Figura 9 - Ações do Projeto Rota do Bem

#### 8.1.4. Programa de Diversidade, Inclusão, Equidade e Pertencimento (DIEP)

##### 8.1.4.1 Diversidade e Inclusão

Promover a diversidade e a inclusão é um compromisso essencial para a Nova Rota do Oeste. A Companhia busca transformar essa pauta em ações concretas que gerem impacto real dentro e fora da empresa. O principal objetivo deste projeto é ampliar a visibilidade e fortalecer o reconhecimento de grupos historicamente minorizados, incluindo pessoas LGBTQIA+, negros, pessoas com deficiência (PCDs), mulheres, profissionais com mais de 50 anos, indígenas, e jovens da geração Z.

Uma das principais iniciativas do projeto é o letramento contínuo dos colaboradores da Concessionária. Todos os novos integrantes da empresa passam por um treinamento voltado à diversidade e inclusão, garantindo que esse tema seja compreendido e valorizado desde o primeiro dia. Além disso, realizamos reciclagens com o departamento de Pessoas e Organizações (P&O), especialmente durante a Semana da Diversidade e Inclusão, com o propósito de capacitar 100% do nosso quadro de colaboradores sobre a importância do respeito, da equidade e da representatividade no ambiente corporativo.

No ano de 2025, a agenda de diversidade e inclusão foi reforçada com o “Conversa Diversa”, eventos internos da Concessionária que promoveram um espaço aberto para diálogos sobre temas relevantes, trazendo reflexões que ajudam a transformar invisibilidade em representatividade, como: Dia da Mulher, Especial Diversidade Neuro Divergente, Quando a Empatia Fala, a Discriminação Cala e um Especial com a empresária dona do Magalu Luiza Helena Trajano, sobre a importância da mulher nas rodovias brasileiras, em parceria com a ABCR. Somando todos os eventos, foram alcançados mais de 1000 participantes. Por meio dessas trocas, foram fomentadas discussões que sensibilizaram, educaram, e contribuíram a construir um ambiente mais inclusivo, seguro e acolhedor para todos, dentro e fora da organização.

A seguir, um relatório fotográfico:



Figura 10 - Campanhas de 2025 de diversidade e inclusão

#### 8.1.4.2 Movimento Todos por Elas

A Nova Rota atuou em 2025 como uma das empresas promotoras do Movimento “Todos por Elas”, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (“CNJ”) e do Poder Judiciário de Mato Grosso, realizada por meio da Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rondonópolis, com apoio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (“CeMulher”) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, e a participação de parceiros, unidos com o objetivo de conscientizar a sociedade para o enfrentamento à violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes.

As ações, em forma de palestras, abordagens na rodovia, corrida de rua, exposições, campanha publicitária, entrega de materiais educativos e carreatas foram direcionadas a diversos públicos, em especial aos motoristas de transporte de cargas da região sul de Mato Grosso. Todas as transportadoras com sede em Rondonópolis participaram do evento. Ao todo cerca de 150 ações impactaram mais de 200 mil pessoas ao longo do mês de março.

Além da Nova Rota do Oeste, o movimento contou com a parceria da PRF, do Sindicato dos Transportes de Cargas, da Associação dos Transportadores de Cargas, da Associação Comercial e Empresarial, do SEST SENAT, e da Prefeitura de Rondonópolis, buscando ações positivas para a conscientização das pessoas contra a violência doméstica e o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes.



Figura 11 - Campanha do Movimento Todos por Elas

#### **8.1.4.3 Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça**

A Nova Rota do Oeste participa da 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, promovido pelo Ministério das Mulheres e Governo Federal. A iniciativa tem como objetivo incentivar práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional de médias e grandes empresas, com foco na gestão de pessoas e recursos humanos.

A empresa assumiu compromissos de promover um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário, e enfrentar as discriminações de gênero e raciais, garantindo oportunidades justas para todas as pessoas dentro da companhia.

A participação no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça não apenas fortalece a responsabilidade social e o alinhamento das práticas da companhia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (“ODS-ONU”), mas também promove uma cultura organizacional mais diversa e comprometida com o respeito e a inclusão.

Como resultado da adesão ao Programa, a Concessionária adotou um plano de ação estruturado, abrangendo diferentes abordagens e esferas de aplicação, como no recrutamento e seleção, na qualificação e treinamento, nas análises de ascensão funcional, nas políticas de benefícios, nas políticas e práticas de saúde e segurança, nas práticas de combate ao assédio e discriminação, além da promoção da diversidade na cultura organizacional.

A Concessionária acredita que a equidade é um pilar essencial para seu crescimento sustentável e para gerar um impacto positivo em seus colaboradores, e os compromissos assumidos acima têm o objetivo de assegurar que práticas inclusivas façam parte do cotidiano da Companhia, desde a contratação de novos colaboradores e durante seu desenvolvimento profissional.

##### **8.1.4.3.1 Equidade de Gênero**

Seguindo as melhores práticas de governança, transparência e equidade, bem como em atendimento ao §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, incluído pela Lei nº 15.177/2025, e em consonância com a Lei nº 14.611/2023 (Lei de Igualdade Salarial), a Concessionária apresenta as informações relativas à política de equidade adotada e aos indicadores de representatividade e remuneração por gênero.

O relatório previsto no inciso I do caput deste artigo incluirá a política de equidade adotada pela companhia com informações relevantes previsto §6º do art. 133 da Lei 6.404/76, incluído pela Lei nº 15.177/2025.

**A. A quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia:**

Nível de Cargo	2024				2025			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Cargos - Operacionais, Supervisores, Líderes, Técnicos, Analistas e Assistentes	520	53%	452	47%	523	52%	482	48%
Cargos - Especialistas, Advogados, Engenheiros, Especialistas e Coordenadores	32	58%	23	42%	37	55%	30	45%
Cargos – Gerentes, Diretores, Presidente e Conselheiros	22	88%	3	12%	23	88%	3	12%
<b>Total Geral</b>	<b>574</b>	<b>55%</b>	<b>478</b>	<b>45%</b>	<b>583</b>	<b>53%</b>	<b>515</b>	<b>47%</b>

**B. A quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:**

Nível de Cargo	2024				2025			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Cargos – Gerentes, Diretores, Presidente e Conselheiros	22	88%	3	12%	23	88%	3	12%

**C. O demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:**

Nível de Cargo	2024					
	Feminino		Masculino		Feminino	Masculino
	Média de Salário Base	Média de Remuneração Total	Média de Salário Base	Média de Remuneração Total	Proporção Salário Base Mulher / Homem	Proporção Salário Total Mulher / Homem
Cargos - Operacionais, Supervisores, Líderes, Técnicos, Analistas e Assistentes <sup>1</sup>	7.468	9.185	10.050	12.540	74%	73%
Cargos - Especialistas, Advogados, Engenheiros, Especialistas e Coordenadores <sup>2</sup>	39.543	61.689	46.072	72.567	86%	85%
Cargos – Gerentes, Diretores, Presidente e Conselheiros <sup>3</sup>	77.218	183.892	89.881	162.307	86%	113%

Nível de Cargo	2025					
	Feminino		Masculino		Feminino	Masculino
	Média de Salário Base	Média de Remuneração Total	Média de Salário Base	Média de Remuneração Total	Proporção Salário Base Mulher / Homem	Proporção Salário Total Mulher / Homem
Cargos - Operacionais, Supervisores, Líderes, Técnicos, Analistas e Assistentes <sup>1</sup>	8.035	10.137	11.064	14.189	73%	71%
Cargos - Especialistas, Advogados, Engenheiros, Especialistas e Coordenadores <sup>2</sup>	42.343	76.311	47.836	88.988	89%	86%
Cargos – Gerentes, Diretores, Presidente e Conselheiros <sup>3</sup>	86.324	224.666	97.597	259.184	88%	87%

1. Salário base, férias e 13ª salário.
2. Remuneração total – Somatórias do salário base mais participação de Lucros e Resultados.

A Concessionária consolidou suas estratégias de governança voltadas à equidade de gênero e diversidade e durante o exercício de 2025, a companhia priorizou o fortalecimento da presença feminina em cargos de alta gestão, implementando programas de desenvolvimento de liderança focados em protagonismo e tomada de decisão, o que resultou em uma evolução na representatividade feminina em cargos de liderança de 25% para 28% ao longo do ano. No âmbito operacional, destacam-se iniciativas voltadas à qualificação técnica, como o programa "Elas na Direção", que incentiva colaboradoras a obterem habilitação profissional para atuarem na inspeção de tráfego, e o projeto "Formar para Transformar", voltado para áreas de Eletrotécnica e Manutenção.

Complementando as ações de capacitação, gestoras da companhia participaram do programa internacional InfraLeaders em Londres, reforçando o posicionamento estratégico da organização em fóruns globais de infraestrutura que registraram recordes de participação feminina. Para sustentar essas decisões, a companhia mantém 100% de seu cadastro elegível atualizado com recortes de gênero e raça, permitindo o monitoramento contínuo de lacunas de representatividade e políticas de remuneração. Os indicadores anuais refletem esse compromisso, demonstrando que a força de trabalho feminina total atingiu 47% em 2025, com acompanhamento rigoroso da paridade salarial em todos os níveis hierárquicos, desde cargos operacionais até a administração da companhia.



Figura 12 – Divulgação interna dos programas as integrantes da Concessionária

### 8.1.5. Pare Pela Vida

Em 2025, a área de Operações da Nova Rota, em parceria com a PRF, fortaleceu seu compromisso com a segurança viária por meio do programa “Pare Pela Vida”. A iniciativa tem como objetivo reduzir acidentes na BR-163/364, promovendo fiscalizações e orientações voltadas à manutenção preventiva de veículos, especialmente dos sistemas de freios, um dos principais fatores de risco em trechos de serra.

Com foco na conscientização dos motoristas, a ação já demonstrou um impacto significativo, resultando em uma redução de 27% no número de sinistros na Serra de São Vicente, um dos principais trechos com alto índice de sinistralidade.

Durante as operações do programa constatou-se que boa parte dos veículos apresentou algum problema no sistema de frenagem. Ao longo de 2025, foram realizadas mais de 100 edições, impactando cerca de 5 mil caminhoneiros. Esses resultados reforçam a importância da iniciativa para garantir viagens mais seguras e prevenir ocorrências graves.

O sucesso do Pare pela Vida fez com que o programa recebesse o prêmio Destaques ANTT 2025, destacando-o como uma referência em segurança viária.

Abaixo segue um relatório fotográfico do Pare Pela Vida 2025:

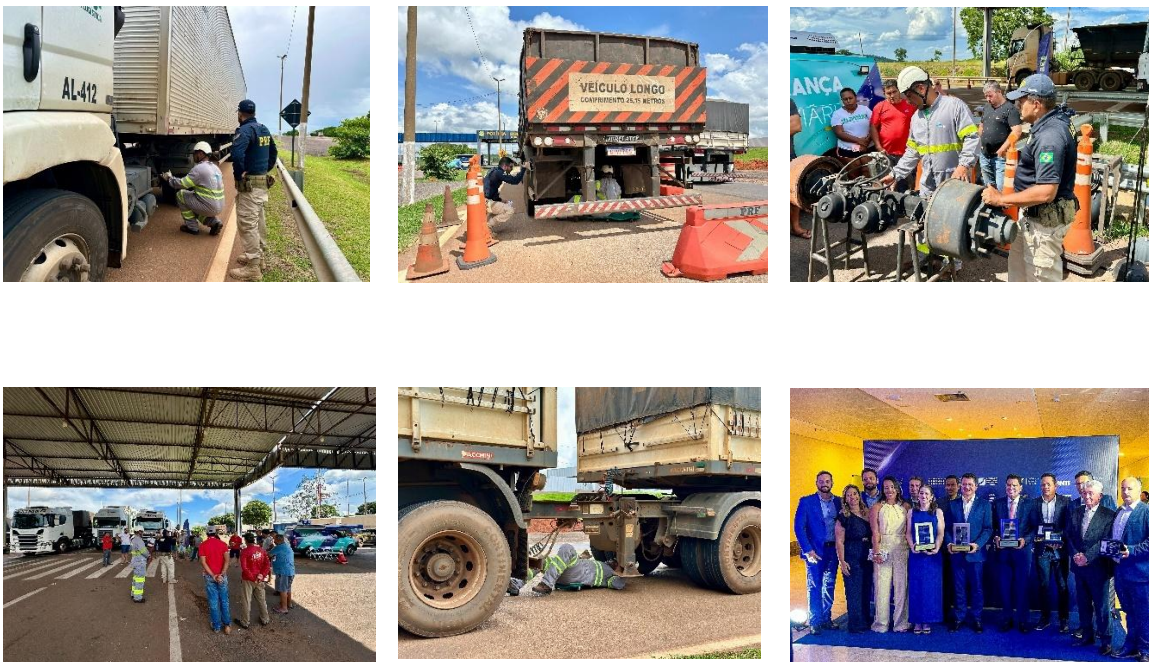


Figura 13 - Projeto Pare pela Vida

#### 8.1.6. Festival Estudantil Temático de Trânsito (“Fetran”)

Em 2025, a Nova Rota participou como parceira da PRF na realização do 20º Fetran, um festival que visa promover a educação para o trânsito por meio das artes cênicas. O objetivo da iniciativa é proporcionar conhecimento das normas e leis de trânsito ao público estudantil das escolas de Mato Grosso, incentivando um comportamento proativo para reduzir o índice de acidentes nas vias.

O programa se enquadra como evento de Educação para o Trânsito, alinhando-se às diretrizes da ANTT e do Contrato de Concessão da rodovia, com foco na promoção da cidadania e no fortalecimento da democracia.

Durante os espetáculos, mais de 1.000 alunos participaram diretamente, enquanto a plateia foi estimada em 15 mil pessoas, todas impactadas pelas mensagens de educação no trânsito para a preservação de vidas.

Abaixo um breve relatório fotográfico com cenas do Fetran 2025.

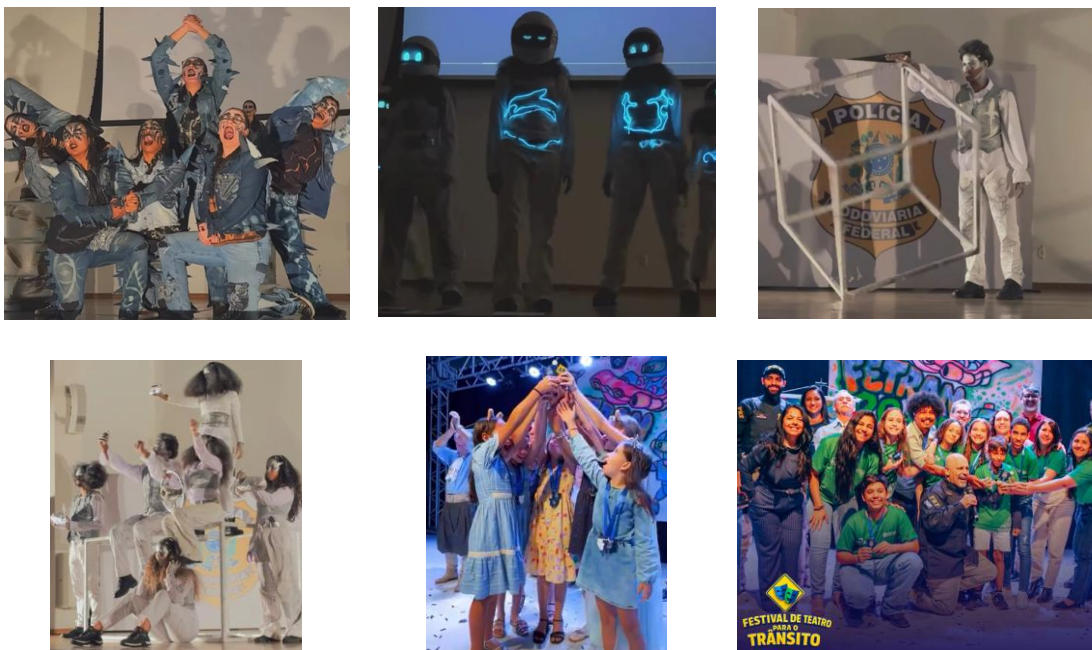


Figura 14 - Festival estudantil temático de trânsito

#### 8.1.7. Palestras sobre Direção Defensiva, Segurança viária e Educação no Trânsito com empresas parceiras

Como parte do compromisso da Nova Rota do Oeste com a segurança viária e a conscientização dos Usuários da Concessão, foi desenvolvido um programa abrangente de palestras sobre direção defensiva, segurança viária e educação no trânsito. Essas palestras são uma extensão dos esforços da Companhia para promover práticas seguras de direção e reduzir o número de acidentes em nossas estradas.

Adicionalmente, em parceria com transportadoras, autoescolas e unidades de produção agropecuária locais, a Nova Rota do Oeste realiza palestras eventuais e durante as Semanas Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (“SIPATs”), eventos voltados à conscientização sobre segurança e prevenção de acidentes no ambiente de trabalho.

Nessas palestras, são abordados temas como direção defensiva, uso correto de equipamentos de segurança e a importância da atenção e responsabilidade ao volante. O objetivo é não apenas educar os funcionários das empresas, mas também promover uma cultura de segurança que se estenda para além do ambiente de trabalho, alcançando as estradas, especialmente a BR-163.

Em 2025, foram realizadas 32 ações, impactando mais de 1.800 participantes. As ações tiveram o apoio de diversos parceiros, dentre eles: a PRF, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (“SESP-MT”), a Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso (“SES-MT”), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (“SENAI”), empresas transportadoras, escolas, subcontratadas da Nova Rota, além de outras empresas privadas.

#### **8.1.8. Transparência na entrega de obras para a Comunidade**

Há entregas que não se resumem ao concreto e ao asfalto. Elas contam histórias, constroem confiança e deixam marcas duradouras.

No dia 18 de dezembro, a Concessionária Nova Rota do Oeste, o Governo de Mato Grosso e a ANTT entregaram mais 130 km de duplicação da BR-163 por meio de uma sequência de eventos pensados para ir além do protocolo. O roteiro começou com um café da manhã, seguido por uma expedição técnica e finalizado com um grande evento público, reunindo sociedade, empresários e autoridades. Cada momento teve um propósito claro e complementar.

Essa jornada foi, acima de tudo, uma forma transparente de prestar contas. Ao longo do percurso entre Sinop e Nova Mutum, foram realizadas vistorias in loco que permitiram comprovar a qualidade das obras, o cuidado técnico e o nível de excelência empregado em cada trecho entregue. O encerramento, em Nova Mutum, simbolizou um marco histórico para a infraestrutura do país. Foram 130 km concluídos em menos de um ano, um recorde que leva ao total de 230 km duplicados em apenas dois anos. Um resultado que fala de planejamento, execução responsável e compromisso com o desenvolvimento regional.

Essa entrega representa segurança viária, progresso e respeito com quem utiliza a rodovia diariamente. Quando o trabalho é bem-feito, ele se sustenta por si. Pode ser visto, percorrido e vivido. Todos esses eventos foram organizados pelas áreas de Responsabilidade Social e Comunicação da Concessionária Nova Rota do Oeste, com o cuidado de quem entende que grandes obras também exigem diálogo, presença e conexão com as pessoas.

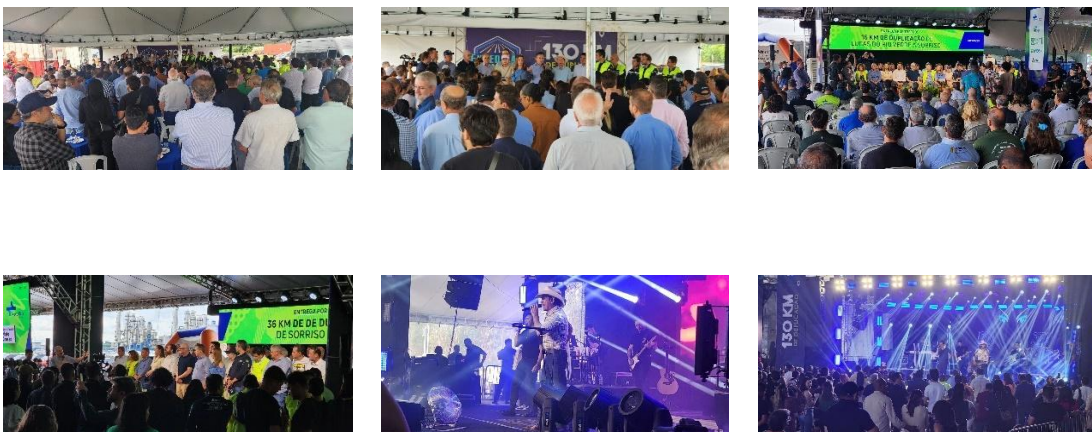


Figura 15 - Entregas das obras feitas pela Nova Rota do Oeste à sociedade

### 8.1.9. Comissão Tripartite

Em 23 de março, 17 de julho e 02 de dezembro foram realizadas as reuniões 005, 006 e 007 da Comissão Tripartite de Rodovia Concedida da Nova Rota do Oeste, composta por 21 entidades representantes dos usuários e das comunidades, entre elas: ABIOVE, AMM, ANTT, ATC, CREAMT, FETRAMAR, FETTREMAT, SINDMAT, SETTCAR, FAMATO, FENATAC, PRF, FIEMT, AGERMT, ACRIMAT, FACMAT, APROSOJA, OAB-MT, CNT, MPLMT e NOVA ROTA DO OESTE.

As reuniões foram marcadas por pautas elaboradas em conjunto com todos os membros que se manifestaram no prazo regimental, ficando assim apresentadas e debatidas:

- Monitoramento mensal de acidentes
- Avanços das obras e perspectivas para 2025 | Frentes de duplicação contratadas e outros assuntos
- Plano de manutenção da rodovia
- Revisão Quinquenal: Inclusão de novos itens no contrato de concessão
- Apresentação de dashboard do B.I. de Operações e implantação de melhorias
- Maiores informações sobre Cobrança de pedágio de veículos de carga com eixo suspenso.
- Informações sobre quais tipos de sinalizações são utilizadas no momento que ocorre algum acidente na rodovia.
- Apresentação detalhada sobre sinalização de obras e pare e siga.
- Atualização sobre a construção da Área de Escape da Serra de São Vicente. Cronograma das obras com a as previsões de início e fim.
- Evento: Assinatura OS Duplicação de 108Km entre Várzea Grande e Jangada, 4G e Área de escape.

- Instalação de quebra-molas na rodovia. Critérios utilizados para a instalação na Rodovia.
- Ações para mitigação dos riscos relacionados ao uso de roçadeiras.
- Processos de fiscalização e manutenção de pontes.
- Informações complementares sobre a travessia urbana de Rondonópolis.
- Impacto dos Processos de Desapropriação na Tarifa / Depósito prévio x indenização ao final conforme jurisprudência. Parâmetros utilizados para a precificação
- Impacto do Contorno/Desvio da BR-163 de Lucas do Rio Verde, seja pelas Obras e Desapropriações. Impacto na tarifa e esclarecimento ao usuário se será um contorno ou desvio da BR-163
- Atualizações sobre a construção de PPDs.
- Implementação do Sistema Free Flow de Cobrança de Pedágio: Viabilidade e eventual planejamento de implementação.
- Projeto de Inteligência Artificial do RDT
- Apresentação de Projeto de Educação no Trânsito – Condutores do Amanhã – em parceria com ANTT e Governo de Mato Grosso
- Procedimento de recolhimento e guarda de animais na pista e faixa de domínio.
- Fluxo e critérios para a concessão de acesso de usuários às imagens das câmeras de monitoramento da concessionária.
- Apresentação da situação das obras em andamento e da previsão de início das obras que já foram autorizadas pela ANTT, tais como a construção do viaduto no entroncamento das abas 163 e 364 e das obras de melhorias da travessia urbana de Rondonópolis.
- Apresentar possibilidade de implantação de um PPD também no município de Rondonópolis/MT.
- Apresentação de justificativa da escolha do dia de segunda-feira como o mais apropriado para interdições da BR-163
- Realizações 2025: Apresentação do compilado das obras, como ficará a execução durante o período de chuvas, números e principais destaques da Operação em 2025, convite para os eventos de entrega de 130Km de duplicação
- Concentrações 2026: Corrida NOVA IMIGRANTES, com entrega de parte da duplicação da Rodovia dos Imigrantes – Fevereiro/2026; Avanço das frentes de obras e planejamento de entregas.



Figura 16 - Comissões Tripartite realizadas pela Concessionária

## 8.2. Relatório de Sustentabilidade ou Relatório ESG

Foi elaborado o segundo Relatório ESG da Concessionária, tendo como ano-base 2024. O documento foi desenvolvido com base na matriz de materialidade de impacto realizada em 2023, que contempla 12 temas materiais considerados relevantes para os stakeholders. O processo de elaboração contou com o apoio de consultoria especializada e seguiu as diretrizes e normas da Global Reporting Initiative (GRI) e da Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Foram consolidados indicadores, informações qualitativas e quantitativas e práticas de gestão relacionadas aos pilares ambiental, social e de governança, assegurando maior transparência, padronização das informações e aderência às melhores práticas de reporte corporativo. A elaboração do relatório contou com o envolvimento das áreas internas e com a aprovação da alta direção, reforçando o alinhamento institucional e a governança do processo.

Com foco na evolução contínua da agenda ESG, está prevista para 2026 a atualização da matriz de materialidade, que passará a considerar, de forma integrada, não apenas os impactos socioambientais, mas também os impactos financeiros, em consonância com as melhores práticas internacionais de reporte e com as expectativas do mercado de capitais e dos investidores institucionais.

### **9. Relacionamento com os Auditores Independentes**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162/2022, as informações financeiras da Nova Rota foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes. Durante o período auditado a mesma não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A Companhia adota práticas de mercado para a contratação de serviços de auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

### **10. Agradecimentos**

A administração da Nova Rota registra seu agradecimento aos seus integrantes, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, ao Governo do Estado de Mato Grosso e a Polícia Rodoviária Federal que em conjunto se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

#### **Conselho de Administração**

José Aparecido dos Santos	Presidente do Conselho
Rogério Luiz Gallo	Membro Titular
Marcelo de Oliveira e Silva	Membro Titular
Guilherme Rehder Quintella	Membro Titular
Luiz Carlos Moreira Lima	Membro Titular
Rafael Vitale Rodrigues	Membro Titular

#### **Diretoria Executiva**

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Wilson Ferreira Medeiros	Diretor sem designação específica

#### **Contador responsável**

Ademir Carbonez	
Gerente de Controladoria	CRC 1SP168398/O-7 SP

A ADMINISTRAÇÃO

## DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Cuiabá, 13 de março de 2026.

Signed by:

*Luciano Uchoa Carneiro da Cunha*

A0E543DE9EB5438...

**Luciano Uchoa Carneiro da Cunha**

*Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores*

## DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coopamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às Demonstrações Contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Cuiabá, 13 de março de 2026.

Signed by:

*Luciano Uchoa Carneiro da Cunha*

A9E543DE9EB5436...

**Luciano Uchoa Carneiro da Cunha**

*Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Concessionária Rota do Oeste S.A.  
Cuiabá - MT

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Principal assunto de auditoria

##### Emissão de títulos de dívidas (Debêntures)

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, a Companhia emitiu títulos de dívida (debêntures) como parte da sua reestruturação de capital. Estas debêntures possuem características específicas, como taxa de juros, vencimentos e cláusulas de vencimentos antecipados (*covenants*), que requerem o cumprimento de certas obrigações. A adequada apresentação e mensuração dessas debêntures envolvem julgamentos significativos. Devido a relevância dessa transação para a Companhia e ao julgamento envolvido na mensuração e nas obrigações atribuídas às debêntures emitidas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre os outros:

- Leitura e avaliação da escritura de emissão das debêntures com o objetivo de avaliar os seus impactos no período contábil adequado;
- Análise da conciliação contábil *versus* os controles auxiliares da Companhia;
- Emissão de carta e recebimento de respostas de circularização de instituições financeiras para confirmação dos saldos registrados nas demonstrações contábeis;
- Análise das cláusulas de vencimento antecipado e cumprimento das demais obrigações da Companhia relativas à emissão dos títulos de dívida;
- Avaliação e entendimento dos controles internos implementados pela Administração da Companhia sobre o processo de monitoramento do cálculo dos índices dos *covenants* financeiros e não financeiros;
- Análise de segregação de circulante e não circulante e confronto com os registros reconhecidos no resultado do exercício;
- Discussões com administradores da Companhia quanto a cláusulas restritivas e;
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas dos procedimentos de auditoria supracitados, consideramos que são razoáveis as premissas e as metodologia utilizado pela Companhia na mensuração e registro das transações referentes à emissão de debêntures, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com os nossos procedimentos efetuados, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Principal assunto de auditoria

Ativo de contrato e intangível - Adições de custo com infraestrutura e amortização da concessão

Conforme previsto na interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, os valores apresentados na rubrica de ativo de contrato e intangível referem-se aos custos incorridos para a manutenção e duplicação da rodovia.

Consideramos como principais assuntos de auditoria a capitalização dos custos vinculados à infraestrutura da concessão registrados no ativo de contrato ou no intangível, bem como a definição do prazo e da metodologia utilizados para calcular a amortização do ativo intangível. Isso porque essas adições podem não corresponderem a desembolsos efetivamente realizados ou valores que não atendam aos critérios de reconhecimento previstos nas normas contábeis e contrato de concessão.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento da natureza dos gastos para reconhecimento contábil do ativo intangível da concessão e determinação do prazo e do método de amortização desses valores.
- Leitura do contrato de concessão e relatório de acompanhamento do cronograma para execução de obra, que define as etapas e os investimentos previstos ao longo de sua vigência.
- Discussões com Administradores da Companhia quanto as premissas estabelecidas para cálculo de amortização;
- Testes amostrais sobre as adições dos ativos intangíveis capitalizados no exercício de 2025 com a documentação suporte correspondente.
- Recálculo de uma amostra do custo de amortização da infraestrutura da concessão conforme critérios de curva de tráfego;
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis.

Os procedimentos de auditoria realizados indicaram que os critérios e as premissas utilizados pela administração são razoáveis e que as divulgações apresentadas estão consistentes com as informações obtidas durante nossa auditoria.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Cuiabá, 13 de março de 2026.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.368.616	841.824	Fornecedores	16	143.549	61.170
Contas a receber	9	43.283	35.257	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	6.770	1.598
Tributos a recuperar	-	18.396	8.671	Arrendamento mercantil operacional	18	9.537	6.571
Despesas antecipadas	10	6.494	8.176	Salários e encargos sociais	19	26.135	20.038
Outros ativos	-	9.297	10.845	Tributos a pagar	-	17.063	12.643
<b>Ativo circulante</b>		<b>1.446.086</b>	<b>904.773</b>	Outros passivos	20	1.950	3.708
				<b>Passivo circulante</b>		<b>205.004</b>	<b>105.728</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	43.846	21.442				
Despesas antecipadas	10	4.488	7.610	Fornecedores	16	14.975	9.503
Depósitos judiciais	21	3.358	1.860	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.255.697	1.554.834
Tributos a recuperar	-	3.278	3.059	Arrendamento mercantil operacional	18	25.588	4.783
Imobilizado	13	8.596	7.923	Provisão para contingências	21	9.465	10.929
Intangível	14	3.743.838	2.852.914	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	52.836	43.918
Ativo de contrato	15	1.688.324	664.533	Provisão de conserva especial	22	72.491	17.072
<b>Ativo não circulante</b>		<b>5.495.728</b>	<b>3.559.341</b>	Tributos a pagar	-	880	1.694
				Outros passivos	20	24	456
				<b>Passivo não circulante</b>		<b>3.431.956</b>	<b>1.643.189</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>3.636.960</b>	<b>1.748.917</b>
				Capital social		2.381.811	2.031.811
				Reserva de incentivo fiscal		194.498	148.037
				Reserva de lucros		728.545	535.349
				<b>Patrimônio líquido</b>	23	<b>3.304.854</b>	<b>2.715.197</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.941.814</b>	<b>4.464.114</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.941.814</b>	<b>4.464.114</b>

As notas explicativas da Administração são parte das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	24	2.729.328	1.869.096
Custo dos serviços	25	(2.401.077)	(1.463.466)
<b>Lucro bruto</b>		<b>328.251</b>	<b>405.630</b>
Gerais e administrativas	26	(65.876)	(58.295)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	5.934	12.003
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>		<b>268.309</b>	<b>359.338</b>
Receitas financeiras	28	138.786	75.951
Despesas financeiras	28	(117.918)	(9.214)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>20.868</b>	<b>66.737</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>289.177</b>	<b>426.075</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	29	(63.006)	(51.579)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	13.486	(30.473)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>239.657</b>	<b>344.023</b>
<b>Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$</b>	30	117,95	199,50

As notas explicativas da Administração são parte das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

*(Valores expressos em milhares de reais)*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	239.657	344.023
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>239.657</u></b>	<b><u>344.023</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de investimento	Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	Reserva de incentivo fiscal		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>1.521.811</b>	-	<b>13.751</b>	<b>194.658</b>	<b>47.017</b>	<b>83.936</b>	-	<b>1.861.174</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	344.023	<b>344.023</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota explicativa nº 23)	-	510.000	-	-	-	-	-	<b>510.000</b>
Aumento de Capital Social (nota explicativa nº 23)	510.000	(510.000)	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	-	64.101	(64.101)	-
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	-	65.680	-	(65.680)	-
Destinação do lucro	-	-	17.201	197.041	-	-	(214.242)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.031.811</b>	-	<b>30.953</b>	<b>391.699</b>	<b>112.697</b>	<b>148.037</b>	-	<b>2.715.197</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>2.031.811</b>	-	<b>30.953</b>	<b>391.699</b>	<b>112.697</b>	<b>148.037</b>	-	<b>2.715.197</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	239.657	<b>239.657</b>
Aumento de Capital Social (nota explicativa nº 23)	350.000	-	-	-	-	-	-	<b>350.000</b>
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	-	46.461	(46.461)	-
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	-	45.303	-	(45.303)	-
Destinação do lucro	-	-	11.983	135.910	-	-	(147.893)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.381.811</b>	-	<b>42.936</b>	<b>527.609</b>	<b>158.000</b>	<b>194.498</b>	-	<b>3.304.854</b>

As notas explicativas da Administração são parte das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>289.177</b>	<b>426.075</b>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	146.571	97.244
Perda na baixa do Imobilizado e Intangível	1.522	11.835
Provisão para conserva especial	51.384	(84.520)
Provisão para contingência	(1.464)	3.536
Ajuste a valor presente	4.035	71
Juros e variações monetárias, líquidas	119.424	3.883
	<b>610.649</b>	<b>458.124</b>
<b>Variações dos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(8.026)	6.463
Tributos a recuperar	(9.944)	(3.558)
Despesas antecipadas	4.804	1.870
Outros ativos	1.548	1.181
Depósitos judiciais	(1.498)	(305)
Fornecedores	76.493	(3.233)
Salários e encargos sociais	6.097	3.639
Tributos a pagar	(16.678)	(14.390)
Outros passivos	(2.190)	321
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>661.255</b>	<b>450.112</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.722)	(38.328)
Juros pagos no financiamento	(59.714)	-
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>558.819</b>	<b>411.784</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.362)	(6.365)
Adições ao intangível	(2.027.329)	(1.200.342)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.029.691)</b>	<b>(1.206.707)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Liquidação de empréstimos - partes relacionadas	-	(1.008.727)
Captação de debêntures - partes relacionadas	-	1.008.727
Captação de debêntures	1.502.999	600.000
Captação de empréstimos e financiamentos	161.367	-
Custos de captação a amortizar	(22.335)	(55.295)
Pagamento de custos de transação	-	(352)
Despesas financeiras	5.633	-
Aumento de capital social	350.000	510.000
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>1.997.664</b>	<b>1.054.353</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>526.792</b>	<b>259.430</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	841.824	582.394
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.368.616	841.824
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>526.792</b>	<b>259.430</b>

As notas explicativas da Administração são parte das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receitas</b>		
Receita de serviços	766.542	732.950
Receita de construção ICPC 01-R1	2.025.909	1.196.770
	<u>2.792.451</u>	<u>1.929.720</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia e outros	(124.604)	(72.324)
Custo de construção ICPC 01-R1	(2.025.909)	(1.196.770)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(75.797)	(68.764)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>566.141</u>	<u>591.862</u>
Depreciação e amortização	(146.571)	(97.244)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>419.570</u>	<u>494.618</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	138.786	75.951
Outros	5.934	12.003
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>564.290</u>	<u>582.572</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal	<b>80.954</b>	<b>72.706</b>
Remuneração direta	68.541	56.538
Benefícios	9.357	13.041
FGTS	3.056	3.127
Impostos, taxas e contribuições	<b>135.954</b>	<b>157.188</b>
Federais	99.124	121.717
Estaduais	499	411
Municipais	36.331	35.060
Remuneração de capitais de terceiros	<b>107.725</b>	<b>8.655</b>
Juros	105.814	5.258
Aluguéis	1.839	3.137
Outras	72	260
Remuneração de capitais próprios	<b>239.657</b>	<b>344.023</b>
Lucro líquido do exercício	239.657	344.023
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u><u>564.290</u></u>	<u><u>582.572</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### 1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “Nova Rota”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015. É responsável pela exploração do sistema rodoviário composto por 861,10 km de concessão da BR-163/MT, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, abrangendo 19 (dezenove) municípios no estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), tem como objeto a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.

A Concessão da BR-163/MT se destaca como componente logístico na produção agrícola da região e, portanto, são previstos investimentos em duplicação e demais melhorias, visando a fluidez na trafegabilidade da rodovia, a segurança e o conforto dos usuários.

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia Aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiras.

A Companhia é controlada diretamente pela MT Participações e Projetos S.A. (“MTPAR”), que detém 100% das ações representativas do capital social.

#### 1.1. Retomada dos investimentos contratuais

A Companhia era controlada pela OTP Rodovias S.A até 02 de maio de 2023, quando, em atendimento as condicionantes do Termo de Ajustamento de Conduta – “TAC Plano de Ação” celebrado entre a Nova Rota e a ANTT, concluiu a transferência do controle acionário para MT Participações e Projetos S.A (“MTPAR”), sociedade de economia mista vinculada ao Governo do Estado do Mato Grosso e motivado pelo interesse público que permeia a principal rodovia em seu território, (i) concluiu os aportes dos valores para a retomada imediata dos investimentos em obras na rodovia, (ii) promoveu a reestruturação econômico-financeira por meio da integralização no capital social da Companhia dos mútuos em aberto com o acionista anterior, e por fim, (iii) reprogramou as metas das obras de duplicação e melhorias em até 08 anos, a partir da eficácia do TAC.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O investimento total a ser realizado abarca 336 km de duplicação, 34 OAEs (pontes, trevos, viadutos entre outros), passarelas e recuperação estrutural de 100% das pistas existentes entre a divisa de Mato Grosso do Sul ao município de Sinop/MT, além da aquisição de infraestrutura tecnológica de segurança viária, tais quais: 450 unidades de câmeras de circuito fechado de TV, 850 km de fibra óptica, sistema de sensoriamento de pista e postos de pesagem veicular distribuídos ao longo da Concessão.

A Companhia, sob administração da MT Participações e Projetos S/A (“MTPAR”), emvidou seus melhores esforços para a retomada imediata dos investimentos na Rodovia BR-163/MT, como as obras de adequação de parâmetros nos trechos norte (km 507+000 ao km 855+000) e centro (km 321+300 ao km 453+600), intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário, e em 14 de julho de 2023 deu início às obras de duplicação entre os segmentos de Posto Gil a Nova Mutum (km 507+100 ao km 592+900).

Com vistas a promover a reprogramação do Cronograma de Execução do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Plano de Ação, mediante a alteração do Anexo B, cujas metas serão utilizadas para fins de acompanhamento e fiscalização pela ANTT, na forma da Cláusula Quinta, em 07 de março de 2024, foi celebrado entre a Nova Rota e a ANTT, o Primeiro Termo aditivo ao TAC Plano de Ação. A ANTT se manifestou favorável à reprogramação pretendida pela Companhia, pois as motivações expostas demonstraram ser conveniente, oportuna, vantajosa e de interesse público.

Importante ressaltar que a Companhia superou a meta de duplicação estabelecida no 1º ano do TAC (meta 8 km), e reforça o compromisso quanto ao cumprimento dos prazos e eficiência na gestão das obras de duplicação.

Em atendimento à cláusula 4.4 do TAC, foi celebrado entre a ANTT e a Companhia em 03 de maio de 2024, o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para inclusão da Metodologia de Compartilhamento de Demanda – Risco Ferrovia (Anexo 11) e alteração das cláusulas contratuais pertinentes à ampliação do prazo da Concessão e estabelecimento da alocação de riscos relativos a eventuais impactos decorrentes da operação de novas ferrovias concorrentes com a BR-163/MT.

Em 30 de setembro de 2024 foi celebrado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para alteração de escopo do item 3.4.43 – Combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio e do modelo de veículo previsto no Apêndice F do PER.

Em 07 de outubro de 2024, foi celebrado o Décimo Termo Aditivo que tem por objetivo padronizar as datas de reajuste da tarifa de pedágio, com a definição do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Em vistas ao atendimento da Cláusula Segunda, item vi. do TAC, que define a assunção dos segmentos sob responsabilidade do DNIT, em 11 de outubro de 2024, foi celebrado o 2º Termo de Arrolamento e Transferência de Bens entre a ANTT, DNIT e a Companhia, com a assunção do trecho Serra da Caixa Furada, compreendido entre o km 470+200 ao km 516+000 da BR-163/MT, com 45,8 km de extensão.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Em 04 de dezembro de 2024, foi celebrado o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que tem por objetivo padronizar a metodologia de aplicação do Fator D e A, conforme proposto pela ANTT.

Em 12 de dezembro de 2024, foi celebrado o Décimo Segundo Termo Aditivo com a alteração de localização das Passarelas ID-01, ID-02, ID-04, ID-08 referente ao item 3.2.1.2 do PER.

Em 06 de janeiro de 2025, foi celebrado o Décimo Terceiro Termo Aditivo com a alteração de localização das obras de melhorias referente a 03 (três) seguimentos da Concessão Rodoviária, do km 507 ao km 601 BR-163/MT - Posto Gil a Nova Mutum, do km 601 ao km 681 BR-163/MT - Nova Mutum a Lucas do Rio Verde e do km 812 ao km 855 BR-163/MT - Trecho Sinop.

Em 05 de março de 2025, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao TAC, que tem por objetivo padronizar a metodologia de aplicação do Fator D e A, conforme proposto pela ANTT.

Em 05 de março de 2025, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao TAC, que tem por objetivo revisão do Cronograma de Execução do TAC Plano de Ação, possibilitando o atendimento das obrigações por metas. As alterações promovidas por este termo aditivo não impactam o equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecido no TAC - Plano de Ação ao Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013.

Em 12 de março de 2025, foi celebrado o Décimo Quinto Termo Aditivo para a inclusão da obrigação de implantação, manutenção e operacionalização dos 41 (quarenta e um) equipamentos controladores de velocidade (radares/redutores) anteriormente sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, bem como a inclusão de 4 (quatro) novos equipamentos, totalizando 45 (quarenta e cinco) equipamentos, cujo valores terão seus efeitos econômico-financeiros a partir da data-base da Revisão Ordinária subsequente.

Em 17 de abril de 2025, foi celebrado o Décimo Quarto Termo Aditivo para alteração da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) fixada originalmente no Contrato da Concessão, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente da perda de receita pela da isenção dos eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circularem vazios. Deste modo o risco pelas perdas decorrentes da isenção de eixos suspensos, de que trata o art. 17 da Lei nº 13.103/201, não será mais objeto de reequilíbrio nas Revisões Ordinárias subsequentes da TBP, em virtude do aumento da TBP do contrato de concessão de R\$0,02638/km para R\$0,2908/km, representando um acréscimo de 10,24%.

Em 10 de julho de 2025, foi celebrado o Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato referente ao Edital nº 003/2013, alterando os Parâmetros Operacionais do Programa de Exploração da Rodovia (PER), anexo ao Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013 a fim de adotar aos Parâmetros Operacionais de 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais (PROCROFE).

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 11 de julho de 2025, foi celebrado o Décimo Sétimo Termo Aditivo ao Contrato referente ao Edital nº 003/2013, visando disponibilizar serviços de conectividade 4G ao longo do sistema rodoviário da BR-163/MT, implantar Área de Escape na Serra de São Vicente, km 349+500 da BR-364/MT e Implantação de pista dupla na BR-163/MT, segmento entre o km 353+500 ao km 461+700, denominado Trecho 108 km, entre os municípios de Várzea Grande/MT e Rosário do Oeste/MT.

Em 15 de agosto de 2025, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao TAC, que tem por objetivo corrigir os percentuais fixados para aplicação do Fator D na 10ª Revisão Ordinária, relativa ao Ano 11 de concessão do Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013, em razão da reprogramação do Cronograma de Execução - Anexo B, voltada à execução de 8 passarelas.

Em atendimento da Cláusula Segunda, item vi. do TAC, que define a assunção dos segmentos sob responsabilidade do DNIT, em 25 de agosto de 2025, houve a celebração do 3º Termo de Arrolamento e Transferência de Bens entre a ANTT, DNIT e a Nova Rota, transferindo à Companhia o segmento denominado Trecho 174 km, que se estende do km 130,2 ao km 325,8 da BR-163/MT, incluindo as variantes da Serra de São Vicente, totalizando 195,6 km de extensão, conforme inventário de bens fornecido pelo DNIT. Assim, com a assunção promovida pelo aditamento, o trecho concedido da BR-163/MT passa a ter a extensão total de 861,10 km.

Em 24 de setembro de 2025, foi publicada a Decisão SUROD nº 1.114, de 16/09/2025 que aprovou a 10ª Revisão Ordinária e o Reajuste da TBP, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 21/09/2025, bem como a implementação dos efeitos econômico-financeiros decorrentes da 11ª e 12ª Revisões Extraordinárias da Tarifa Básica de Pedágio (TBP). Com base no Art. 5º da referida Decisão, a 10ª Revisão Ordinária entrou em vigência nas praças de pedágio a partir da zero hora do dia 27/09/2025.

Em 14 de novembro de 2025, foi celebrado o Décimo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato referente ao Edital nº 003/2013, alterando os Parâmetros de Pavimento do Programa de Exploração da Rodovia (PER), anexo ao Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013 nos termos da Instrução Normativa nº 34 de 14 de novembro de 2024, de forma a garantir a conformidade com as condições mínimas de qualidade, segurança e durabilidade definidas pela ANTT.

### 1.2. Passivo Regulatório – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possuía autos de infração lavrados pela ANTT nos quais a Agência alegava o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Atualmente, em razão da eficácia do TAC, o passivo regulatório da Nova Rota está suspenso e será extinto quando do cumprimento integral das obrigações previstas no ajuste, conforme cláusula terceira do referido instrumento.

Em decorrência da celebração do TAC, a Nova Rota renunciou às pretensões formuladas na arbitragem, e em 12 de junho de 2023, tornou-se pública pela Câmara de Comércio Internacional ("CCI") - *International Court of Arbitration*, a Sentença Arbitral Homologatória, extinguindo, com resolução de mérito, o Procedimento Arbitral nº CCI 23960/GSS/PFF.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, conforme regrado na Cláusula 3.1 “vi” do TAC, em 31 de maio de 2023, os Ministros da Corte acordaram em autorizar a ANTT a suspender os efeitos tarifários decorrentes das determinações proferidas no âmbito dos processos TC nº 032.830/2016-5 (Acórdão nº 1100/2023) e nº 023.217/2015-4 (Acórdão nº 1111/2023) e extinguir os efeitos tarifários das determinações supracitadas no caso de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta.

### 1.3. Governança e Compliance

A Companhia mantém o padrão de conformidade que abrange todos os pilares de um eficaz programa de conformidade, além do compromisso de constante reavaliação das ferramentas e controles, de modo a identificar falhas e promover a melhoria contínua dos procedimentos internos.

## 2. Resumo das políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 13 de março de 2026.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

### 2.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas até o vencimento e encontram-se registradas ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

### c) Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

#### (i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

(a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;

(b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por:

(a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### (ii) Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

### (iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### (iv) Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

### (v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

## d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

## e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

### g) Contrato de concessão

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, é registrada como ativo intangível na medida em que a Companhia tem acesso para construir e ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela Nova Rota, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

### h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados aos investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### i) Intangível

#### (i) Infraestrutura

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, incluindo investimentos em recuperação, operação e melhoramentos da infraestrutura, é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso. Esse método é considerado o que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, considerando variáveis econômicas e o potencial aumento no volume de tráfego ao longo da concessão. O acompanhamento entre os valores projetados e realizados é efetuado anualmente.

- **Recuperação**

A rubrica “Recuperação” consiste em gastos incorridos na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A rubrica “Operação” consiste basicamente em gastos incorridos na administração da Companhia, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente em gastos incorridos duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

#### (ii) Software

A rubrica “Software” consiste em gastos incorridos na administração da Companhia, na aquisição e implantação de sistemas operacionais e administrativos.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 14.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

### **(iii) Direito de uso sobre arrendamento**

Os ativos de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de máquinas, equipamentos e edifícios, com prazo superior a 12 meses, considerados de valor substancial e de uso exclusivo pela Companhia. Tais contratos são reconhecidos inicialmente pelo valor presente das contraprestações futuras previstas contratualmente, descontadas pela taxa incremental de financiamento aplicável, a qual corresponde a 10,76% ao ano.

A amortização dos ativos de direito de uso é reconhecida nas rubricas “Custo dos serviços” e “Despesas gerais e administrativas” da demonstração do resultado do período, conforme descrito nas notas explicativas nº 25 e 26.

A variação relevante no saldo dos ativos de direito de uso decorre, principalmente, da retomada dos investimentos na Rodovia BR-163/MT, incluindo as obras de adequação de parâmetros, a intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário e a execução de obras de duplicação.

### **j) Arrendamento mercantil operacional**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no IFRS 16 (CPC 06). Esta política é aplicada aos contratos firmados em ou após 1º de janeiro de 2019.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento mercantil ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados antes da data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

O passivo de arrendamento mercantil é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento mercantil é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma mudança no fluxo de pagamentos futuros de arrendamento mercantil decorrentes de uma mudança em um índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa da Companhia do valor que se espera pagar sob uma garantia de valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento revisado de arrendamento fixo em substância.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

### **k) Provisão para conserva especial**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **l) Provisão para contingências**

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais e administrativos regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

### **m) Ajuste a Valor Presente (AVP)**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### **n) Fornecedores**

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **o) Empréstimos e financiamentos**

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

### **p) Demais passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### q) Reconhecimento de receita

#### (i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

#### (ii) Receita de construção ICPC 01 (R1)

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - "Contratos de concessão".

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1), quando a Companhia presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão de acordo com a ICPC 01 (R1), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A Administração entende, baseada em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2025	2024	2025	2024	2025	2024
2.025.909	1.196.770	(2.025.909)	(1.196.770)	-	-

#### (iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### r) Benefícios a empregados

#### Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência, entidade fechada de previdência privada. A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

Por se tratar de um plano de contribuição definido, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – “Benefícios a empregados”.

### s) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do integrante, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

### t) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018 e Ato Declaratório nº 327, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por se tratar de implantação de empreendimento a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

### u) Capitalização dos custos de debêntures

Os custos de debêntures são capitalizados durante a fase de construção, na medida que os recursos forem destinados para as obras de duplicação da rodovia.

## 2.4. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## 2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez no exercício de 2025

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) somente são aplicáveis no Brasil após a emissão dos respectivos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e sua aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### a) Alterações à IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Introduzem requisitos adicionais para a mensuração subsequente de transações de venda e *leaseback* que atendam aos critérios de reconhecimento da IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Tais alterações são relevantes para a Companhia, considerando operações que envolvem a alienação e posterior arrendamento de ativos utilizados na operação e manutenção da rodovia, tais como imóveis, equipamentos e estruturas operacionais.

### b) Alterações à IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Esclarecem os critérios a serem considerados para a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, especialmente no que se refere a financiamentos e debêntures contratados para viabilizar investimentos em duplicação, ampliação de capacidade, conservação e melhorias do sistema rodoviário concedido.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### c) Alterações à IAS 1 / CPC 26 – Covenants

Especificam que apenas os covenants que devem ser cumpridos até ou na data de encerramento do período de reporte afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por, no mínimo, 12 (doze) meses após a data do balanço. Essas alterações são particularmente relevantes, considerando a existência de cláusulas restritivas (*covenants* financeiros e operacionais) vinculadas aos contratos de financiamento e instrumentos de dívida de longo prazo.

### d) Alterações à IAS 7 / CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros

Estabelecem requisitos adicionais de divulgação relacionados a acordos de financiamento com fornecedores, de forma a permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos desses acordos sobre os passivos e os fluxos de caixa da Companhia.

## 2.6. Novas normas, revisões e interpretações ainda não efetivas

Para as seguintes normas ou alterações a Companhia está avaliando os potenciais impactos de sua adoção em suas demonstrações contábeis:

### a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Emitida pelo IASB em abril de 2024, a IFRS 18 substituirá a IAS 1 / CPC 26 (R1) e introduzirá alterações relevantes na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Embora a nova norma não altere os critérios de reconhecimento e mensuração dos elementos das demonstrações contábeis, espera-se que tenha impactos significativos na forma de apresentação do desempenho financeiro, incluindo a introdução de novas categorias e subtotais na demonstração do resultado, regras mais detalhadas sobre agregação e desagregação de informações, bem como novos requisitos de divulgação relacionados às medidas de desempenho definidas pela administração. A IFRS 18 é efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

### b) Alterações à IFRS 7 / CPC 40 (R1) e à IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros

As alterações introduzem esclarecimentos e novos requisitos relacionados ao desreconhecimento de passivos financeiros e à classificação de ativos financeiros liquidados por meio de sistemas de transferência eletrônica. Tais alterações podem impactar a forma como as entidades evidenciam determinadas transações financeiras, especialmente aquelas relacionadas a financiamentos e instrumentos de dívida. São efetivas para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### c) Normas de Divulgação de Sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2 (ISSB)

Em 20 de outubro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) dispôs sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nos padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). As normas IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima estabelecem novos requisitos de divulgação e serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

Atualmente, a Companhia está avaliando os impactos decorrentes da adoção dessas novas normas e alterações, especialmente no que se refere à apresentação das demonstrações financeiras, às divulgações relacionadas a instrumentos financeiros e às informações financeiras de sustentabilidade.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outros similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

### c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção, motivo pelo qual a Companhia adotou a margem de construção igual a 0 (zero).

### d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

### 3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

## 4. Gestão de risco financeiro

### a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>							
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Fornecedores	16	158.524	158.524	143.549	1.532	174	13.269
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.262.467	3.255.697	6.770	-	-	3.255.697
<b>Total</b>		<b>3.420.991</b>	<b>3.414.221</b>	<b>150.319</b>	<b>1.532</b>	<b>174</b>	<b>3.268.966</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>							
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Fornecedores	16	70.673	70.673	61.170	9.370	133	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.556.432	1.554.834	1.598	-	-	1.554.834
<b>Total</b>		<b>1.627.105</b>	<b>1.625.507</b>	<b>62.768</b>	<b>9.370</b>	<b>133</b>	<b>1.554.834</b>

- Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores e outros passivos.
- As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.
- A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

A Companhia celebrou em 2024 os Instrumentos de reestruturação do endividamento existente e do Financiamento de Longo Prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 17. Além de determinar as principais condições jurídicas e operacionais dos passivos financeiros da Companhia, os contratos determinam também a remuneração financeira dos saldos devedores.

#### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros de longo prazo da Companhia podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação dos indexadores de correção, quais sejam, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e a Taxa Referencial, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

Em atendimento ao Resolução CVM nº 121/2022, o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, e a Revisão nº 02/2012 do Manual de Contabilidade da ANTT, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Abaixo estão detalhados os indexadores e seus cenários de sensibilidade.

Indicador (taxas ao ano)	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
<b>Sensibilidade (média 2025-30)</b>	<b>Base</b>	<b>+10%</b>	<b>+20%</b>
IPCA	3,83%	4,21%	4,59%
TR	0,96%	1,05%	1,15%

Para os dois cenários adversos dos indexadores de mercado, foram consideradas uma alta de 10% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 20% como cenário adverso extremo (cenário III).

Na tabela a seguir estão detalhadas as variações nas despesas financeiras resultantes das variações nos indexadores dos contratos de financiamento dos cenários acima.

Instrumentos	Vencimento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
1ª Emissão Debêntures	jan/44	Alta da TR	19.612	20.967	22.324
2ª Emissão Debêntures	dez/43	Alta do IPCA	72.669	74.687	76.710

As operações dos instrumentos de financiamento de longo prazo são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria e deliberadas pelo Acionista.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, tendo sido estruturada com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente as premissas utilizadas e estimativas nos cálculos de gestão do risco de liquidez, no entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à natureza projetiva da análise e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025.

### e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar esse risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições graduadas em agências de *rating* de crédito como empresas de excelente crédito.

## 5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	Nota	2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.262.467	1.556.432
Arrendamento mercantil operacional	18	35.125	11.354
Caixa e equivalentes de caixa	8	(1.368.616)	(841.824)
<b>Dívida líquida</b>		<b>1.928.976</b>	<b>725.962</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	23	<b>3.304.854</b>	<b>2.715.197</b>
<b>Total do capital próprio e de terceiros</b>		<b>5.233.830</b>	<b>3.441.159</b>
Índice de alavancagem financeira - %		37%	21%

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		2025	2024
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.368.616	841.824
Contas a receber	9	43.283	35.257
		<b>1.411.899</b>	<b>877.081</b>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	16	143.549	61.170
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	6.770	1.598
Arrendamento mercantil operacional	18	9.537	6.571
Outros passivos	20	1.950	3.708
		<b>161.806</b>	<b>73.047</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Fornecedores	16	14.975	9.503
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.255.697	1.554.834
Arrendamento mercantil operacional	18	25.588	4.783
Outros passivos	20	24	456
		<b>3.296.284</b>	<b>1.569.576</b>
		<b>3.458.090</b>	<b>1.642.623</b>

### 7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2025	2024
<b>Contas a receber</b>		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	42.806	34.291
Receitas acessórias	477	966
<b>Total de contas a receber</b>	<b>43.283</b>	<b>35.257</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	1.301.785	824.867
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>1.301.785</b>	<b>824.867</b>
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	4	4
Numerários em trânsito	551	861
Fundo de troco	502	506
Bancos conta movimento	62.558	668
Aplicações financeiras	3.216	14.918
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>66.831</b>	<b>16.957</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>	<b>1.368.616</b>	<b>841.824</b>

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa geral	4	4
Numerários em trânsito	551	861
Fundo de troco	502	506
Bancos conta movimento	62.558	668
Aplicações financeiras (i) (ii)	1.305.001	839.785
	<u><b>1.368.616</b></u>	<u><b>841.824</b></u>

(i) As aplicações financeiras são classificadas como de baixo risco, não apresentam risco de crédito relevante, possuem liquidez imediata e não estão sujeitas a restrições ou vinculadas a garantias. São remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, o percentual de remuneração das aplicações financeiras varia entre 95% a 104% do CDI.

(ii) A Companhia mantém recursos de aplicação financeira no curto prazo para cumprir o cronograma de obras de infraestrutura.

### 9. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI")	41.664	32.648
Receitas acessórias	477	966
Vale pedágio	1.142	1.643
	<u><b>43.283</b></u>	<u><b>35.257</b></u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em sua avaliação de risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas. Considerando que o contas a receber é referente à cobrança de pedágio, com pagamento aprovado na origem e com prazos de recebimentos já definidos.

### 10. Despesas antecipadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros a apropriar (i)	9.752	14.784
Vale alimentação	1.230	1.002
	<u><b>10.982</b></u>	<u><b>15.786</b></u>
Ativo circulante	6.494	8.176
Ativo não circulante	4.488	7.610

(i) Com a eficácia do TAC e a retomada das obras, foi realizada a contratação de seguro garantia de concessões públicas com vigência de 05 anos (nota explicativa nº 32).

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Honorários da diretoria e Conselho de Administração

A remuneração paga aos administradores estatutários e ao Conselho de Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalizou:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários	3.845	3.327
Encargos	536	492
Previdência complementar	84	70
Outros	90	82
	<u>4.555</u>	<u>3.971</u>

### 12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos estão apresentados a seguir:

	<u>2024</u>	<u>Resultado</u>	<u>2025</u>
<b>Ativo fiscal diferido</b>			
Direito de uso	15.662	3.448	19.110
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	5.780	17.471	23.251
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	-	1.485	1.485
	<u>21.442</u>	<u>22.404</u>	<u>43.846</u>
<b>Passivo fiscal diferido</b>			
Arrendamento mercantil operacional	(16.345)	(3.309)	(19.654)
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(33.448)	(6.756)	(40.204)
Participação nos lucros e resultados - PLR	3.357	1.645	5.002
Provisão para contingências	2.518	(498)	2.020
	<u>(43.918)</u>	<u>(8.918)</u>	<u>(52.836)</u>
<b>Total</b>	<u>(22.476)</u>	<u>13.486</u>	<u>(8.990)</u>

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização das diferenças temporárias, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2025	-	3.466
2026	4.056	4.056
2027 em diante	4.934	14.954
	<u>8.990</u>	<u>22.476</u>

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	7.466	3.577	1.088	2.526	14.657
Depreciação acumulada	(3.314)	(963)	(643)	(1.814)	(6.734)
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>4.152</b>	<b>2.614</b>	<b>445</b>	<b>712</b>	<b>7.923</b>
Adições	1.111	1.241	10	-	2.362
Depreciação	(1.079)	(353)	(54)	(203)	(1.689)
<b>Saldo contábil</b>	<b>4.184</b>	<b>3.502</b>	<b>401</b>	<b>509</b>	<b>8.596</b>
Custo	8.577	4.818	1.098	1.217	15.710
Depreciação acumulada	(4.393)	(1.316)	(697)	(708)	(7.114)
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>4.184</b>	<b>3.502</b>	<b>401</b>	<b>509</b>	<b>8.596</b>

Taxas anuais de depreciação (%)	20	10	5 a 10	20
Vida útil	5	10	10	5

A depreciação do imobilizado está alocada na demonstração do resultado dos períodos (notas explicativas nº 25 e 26).

### 14. Intangível

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Software	Direito de uso de arrendamento	Total
Custo	1.766.281	183.189	1.316.922	5.418	72.146	3.343.956
Amortização	(226.663)	(33.097)	(166.399)	(3.898)	(60.985)	(491.042)
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.539.618</b>	<b>150.092</b>	<b>1.150.523</b>	<b>1.520</b>	<b>11.161</b>	<b>2.852.914</b>
Adições	274.885	141.567	183.946	1.237	33.790	635.425
Amortização	(68.758)	(13.815)	(51.230)	(937)	(10.309)	(145.049)
Baixas	-	(1.497)	-	-	-	(1.497)
Transferência	6.113	62	392.393	3.477	-	402.045
<b>Saldo contábil</b>	<b>1.751.858</b>	<b>276.409</b>	<b>1.675.632</b>	<b>5.297</b>	<b>34.642</b>	<b>3.743.838</b>
Custo	2.047.277	320.714	1.893.263	10.132	105.936	4.377.322
Amortização	(295.419)	(44.305)	(217.631)	(4.835)	(71.294)	(633.484)
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.751.858</b>	<b>276.409</b>	<b>1.675.632</b>	<b>5.297</b>	<b>34.642</b>	<b>3.743.838</b>

Taxas anuais de amortização (%)	20
---------------------------------	----

### 15. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Softwares	Adiantamentos a fornecedores	Total
<b>31 de dezembro de 2024</b>	<b>34.773</b>	<b>62</b>	<b>626.056</b>	<b>311</b>	<b>3.306</b>	<b>25</b>	<b>664.533</b>
Adições (i)	21.411	-	1.404.100	179	171	-	1.425.861
Baixas	-	-	-	-	-	(25)	(25)
Transferência	(6.113)	(62)	(392.393)	-	(3.477)	-	(402.045)
<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>50.071</b>	<b>-</b>	<b>1.637.763</b>	<b>490</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.688.324</b>

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O aumento significativo de saldo está diretamente relacionado a retomada dos investimentos na Rodovia BR-163/MT com as obras de adequação de parâmetros, intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário e obras de duplicação.

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

### 16. Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores nacionais	9.804	11.093
Prestadores de serviços	148.720	59.580
	<u><b>158.524</b></u>	<u><b>70.673</b></u>
Passivo circulante	143.549	61.170
Passivo não circulante	14.975	9.503

O aumento significativo nas obrigações junto a prestadores de serviços decorre, principalmente da continuidade e intensificação das obras de duplicação, recuperação e manutenção da rodovia para atendimento do cronograma de obras pactuado com a ANTT.

Tais obrigações referem-se, majoritariamente, a fornecedores de serviços de engenharia, obras civis, pavimentação, sinalização, terraplenagem e demais serviços técnicos especializados.

### 17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<b>Moeda</b>	<b>Encargos financeiros</b>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
1ª Emissão - Série Única (b)	R\$	TR + 0,00% a.a.	1.029.236	1.008.727
2ª Emissão - 1ª Série (c)	R\$	IPCA + 7,7178% a.a.	629.731	603.000
2ª Emissão - 2ª Série (c)	R\$	IPCA + 7,1750% a.a.	1.194.767	-
2ª Emissão - 3ª Série (c)	R\$	IPCA + 7,1750% a.a.	317.293	-
		IPCA + 6,43% a.a. +		
Empréstimos e financiamentos (c)	R\$	2,01% a.a.	168.402	-
Custos de captação a amortizar (d)	R\$	-	(76.962)	(55.295)
			<u><b>3.262.467</b></u>	<u><b>1.556.432</b></u>
Passivo circulante			6.770	1.598
Passivo não circulante			3.255.697	1.554.834

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### a) Movimentação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.556.432</b>	<b>1.008.727</b>
Liquidação de empréstimos - partes relacionadas	-	(1.008.727)
Captação de debêntures - 1ª emissão	-	1.008.727
Captação de debêntures - 2ª emissão	1.502.999	600.000
Captação de empréstimos e financiamentos	161.367	-
Juros provisionados	85.395	3.000
Juros pagos	(59.714)	-
Variações monetárias	32.022	-
Despesas financeiras	5.633	-
Custos de captação a amortizar	(22.335)	(55.295)
Custos de transação incorridos	-	(352)
Amortização custos de transação	668	352
<b>Saldo final</b>	<b><u>3.262.467</u></b>	<b><u>1.556.432</u></b>

### b) 1ª Emissão de Debêntures

Em 02 de maio de 2023 a MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota, quitando as obrigações da Companhia junto aos credores mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores.

Ao longo dos exercícios de 2023 e 2024 a Nova Rota negociou as condições do instrumento de estruturação da dívida do MTPAR FIDC NP, celebrando em 18 de novembro de 2024 a Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, cujo único debenturista é o MTPAR FIDC NP.

A Escritura da 1ª Emissão estabelece condições específicas aos seus debenturistas, dada a sua natureza subordinada aos instrumentos do Financiamento de Longo Prazo da Companhia. Dentre elas, destacam-se, (i) cessão e alienação das debêntures somente mediante anuência do BNDES; (ii) possibilidade de conversão das debêntures em ações da Companhia; (iii) a não previsão de hipóteses de vencimento antecipado; (iv) não há cronograma de pagamentos das debêntures, mas sim mecânicas de amortizações e resgates antecipados mediante cumprimento das condições de *completion* dos instrumentos de longo prazo.

A remuneração das debêntures da 1ª Emissão se dá pela variação das taxas médias diárias da Taxa Referencial acrescidos de *spread* de 0,00% a.a. (zero por cento), sem cronograma de amortizações e pagamentos de juros, tendo seu vencimento no dia 31 de janeiro de 2044.

Esta emissão não conta com garantias de quaisquer naturezas pela Companhia.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### c) Estrutura de Capital – Longo Prazo

A Companhia celebrou em 22 de novembro de 2024 os Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo, quais sejam, (i) a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real (“2ª Emissão de Debêntures”, individualmente um “Instrumento do Financiamento de Longo Prazo”); (ii) celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) o Contrato de Financiamento nº 24.2.0321.1 (“FINEM BNDES”, individualmente um “Instrumento do Financiamento de Longo Prazo” e, em conjunto com a 2ª Emissão de Debêntures, os “Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo”); e (iii) contratos de garantias reais e contrato de suporte do acionista.

No total dos dois Instrumentos de Financiamento de Longo prazo, a Companhia aprovou o montante de crédito de R\$ 5.350.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 4.875.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões de reais) pela 2ª Emissão de Debêntures e R\$ 475.000.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões de reais) pelo FINEM BNDES.

A 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota foi enquadrada pelo Ministério dos Transportes como projeto prioritário de infraestrutura no dia 24 de setembro de 2024, portanto contam com o incentivo fiscal previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), no Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, conforme alterada (“Decreto 11.964”), na Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CMN 5.034”), da Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada (“Resolução CMN 4.751”), ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem.

A totalidade dos recursos captados na 2ª Emissão de Debêntures será aplicada em (a) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos na Concessão realizados a partir de 08 de maio de 2023 até 15 de novembro de 2024 (data de emissão das debêntures da 2ª Emissão); e (b) investimentos futuros relativos à exploração da Concessão até a data de conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhorias.

A 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota está organizada em 09 (nove) séries, sendo que foram objeto de oferta pública sob regime misto de garantia firme para as debêntures da 1ª (primeira) Série e de melhores esforços para as demais séries.

A 2ª Emissão não possui fiança ou garantia até o *completion* dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

O início da oferta pública das debêntures ocorreu em 16 de dezembro de 2024, sendo devidamente informado ao mercado, e encerrado em 17 de dezembro com o procedimento de *bookbuilding* para determinação da remuneração da 1ª Séries de debêntures da 2ª Emissão.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A remuneração da 1ª Série é de IPCA + 7,7178% a.a. (sete inteiros, sete mil cento e setenta e oito décimos de milésimos por cento), enquanto a remuneração da 2ª até a 9ª Série é de IPCA + 7,1750% a.a. (sete inteiros, mil setecentos e cinquenta décimos de milésimos por cento), a serem pagos em parcelas semestrais a partir de junho de 2025. Por fim, as debêntures da 2ª Emissão possuem cronograma de amortizações semestrais com início em junho de 2030.

Em 17 de dezembro de 2024 ocorreu a integralização da totalidade das debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo 600.000 (seiscentas mil) debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) disponibilizados para a Nova Rota.

As demais séries da 2ª Emissão possuem condições de integralização que incluem, dentre outros eventos, aportes de capital pela Acionista atual, cumprimento de metas de avanço físico de obras, e comprovação do reequilíbrio de novos investimentos ao Contrato de Concessão.

A 2ª Emissão de Debêntures conta com Garantias Reais da Companhia, quais sejam, (i) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Concessão; e (ii) a Alienação Fiduciária das Ações da Companhia. Ambas as garantias são compartilhadas entre o BNDES e os titulares das debêntures da 2ª Emissão.

A Companhia recebeu no dia 17 de março de 2025, pela Acionista, o aporte no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) em atendimento às obrigações descritas no Contrato de Financiamento, na cláusula 12ª, inciso X, bem como na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, subcláusula 7.1.2, alínea "i", que foi integralizado no Capital Social no 18 de março de 2025.

Em outubro de 2025, após cumprimento das condições precedentes previstas, a liberação de recursos de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) referentes a liberação parcial do Subcrédito A e integral do Subcrédito B do Contrato de Financiamento com o BNDES ("FINEM BNDES"). Ainda em outubro, ocorreu a integralização parcial das 2ª série e integral da 3ª série, no montante de R\$ 1.080.000.000,00 (um bilhão e oitenta milhões de reais), referentes a 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota, totalizando, portanto, entrada de recursos através da estrutura de financiamento de longo prazo no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).

Em dezembro de 2025, ocorreram as liberações de recursos remanescentes do Subcrédito A do Contrato de Financiamento com o BNDES ("FINEM BNDES") no valor de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), e na sequência a integralização da segunda tranche da 2ª série da 2ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 422.999.310,28 (quatrocentos e vinte e dois milhões novecentos e noventa e nove mil trezentos e dez reais e vinte e oito centavos).

Nos termos do cronograma contratual, a Nova Rota realizou o pagamento dos juros da 1ª série das debêntures em junho de 2025 e da 2ª série das debêntures e do financiamento junto ao BNDES em dezembro de 2025.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Custos de captação a amortizar

O custo da captação do financiamento de longo prazo será amortizado ao longo da vigência dos contratos, utilizando-se, para tal, o método da taxa de juros efetiva, conforme as orientações do CPC 12.

A apropriação dos custos é feita mensalmente, para distribuir ao longo do tempo os gastos incorridos para a obtenção dos recursos, de modo a refletir de forma precisa os custos financeiros no resultado da Companhia

### e) Prazos de vencimento

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2025			31/12/2024		
	Saldo a amortizar	Custo de Transação	Saldo Líquido a Amortizar	Saldo a amortizar	Custo de Transação	Saldo Líquido a Amortizar
2025	-	-	-	22.925	(786)	22.139
2026	51.364	(1.184)	50.180	23.665	(812)	22.853
2027	54.208	(1.249)	52.959	25.000	(858)	24.142
2028	59.351	(1.368)	57.983	26.005	(892)	25.113
2029	60.792	(1.401)	59.391	26.440	(907)	25.533
2030	83.784	(1.931)	81.853	27.605	(947)	26.658
2031	78.478	(1.809)	76.669	28.561	(980)	27.581
2032	67.770	(1.562)	66.208	29.554	(1.014)	28.540
2033	84.766	(1.954)	82.812	30.705	(1.053)	29.652
2034	83.643	(1.928)	81.715	31.520	(1.082)	30.438
2035	136.116	(3.137)	132.979	32.387	(1.111)	31.276
Após 2035	2.579.157	(59.439)	2.519.718	1.307.360	(44.853)	1.262.507
<b>Saldo</b>	<b>3.339.429</b>	<b>(76.962)</b>	<b>3.262.467</b>	<b>1.611.727</b>	<b>(55.295)</b>	<b>1.556.432</b>

### f) Garantias

Conforme mencionado nos itens anteriores, a Companhia celebrou contratos de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Concessão e Alienação Fiduciária de suas Ações para serem compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas da 2ª Emissão.

A Companhia não dispõe de garantia ou fiança até o *completion* dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

A 1ª Emissão de Debêntures não possui garantia dada pela Companhia.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### g) Principais compromissos assumidos (*covenants*)

Os instrumentos de financiamento de longo prazo celebrados pela Companhia possuem compromissos e obrigações assumidas que abrangem desde aspectos econômico-financeiros até aspectos de parâmetros operacionais dos serviços prestados no Contrato de Concessão.

Os compromissos e obrigações assumidos pela Companhia podem ser exigidos durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de financiamento de longo prazo, ou divididos em dois períodos de exigência: o primeiro é o período compreendido pela execução das obras financiadas de ampliação de capacidade e melhorias (“período *pré-completion* do projeto financiado” ou “período anterior à conclusão físico-financeira do projeto financiado”); e o segundo período, iniciado a partir da conclusão dos investimentos financiados de ampliação de capacidade e melhorias (“período *pós-completion* do projeto financiado” ou “período posterior à conclusão físico-financeira do projeto financiado”).

Em relação às obras de ampliação de capacidade e melhorias do TAC Plano de Ação, a Companhia assumiu, junto ao BNDES e os Debenturistas da 2ª Emissão, a obrigação de concluir as obras de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias estabelecidas no TAC Plano de Ação até 31 de dezembro de 2030.

Durante toda a vigência dos instrumentos de financiamento de longo prazo, como forma de viabilizar aos Credores a garantia real de seus direitos creditórios, a Companhia deverá manter contas vinculadas e administradas por instituição financeira que recebem e distribuem os ingressos operacionais e não-operacionais da Companhia, reservando nelas recursos financeiros referente aos próximos vencimentos de obrigações de cada instrumentos.

Durante o período *pré-completion* do projeto financiado, a Companhia não deverá distribuir lucros ou pagar dividendos aos seus Acionistas, reduzir seu capital social, ou realizar amortizações extraordinárias da 1ª Emissão de Debêntures.

Durante o período *pós-completion* do projeto financiado, a Companhia deverá atender a *covenants* financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, caixa mínimo), parâmetros mínimos de qualidade do Sistema Rodoviário, solicitar anuência dos Credores para distribuição de dividendos acima de parâmetro mínimo, reduções de capital, ou amortizações extraordinárias da 1ª Emissão de Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpriu as cláusulas de “*covenants*” aplicáveis ao exercício.

## 18. Arrendamento mercantil operacional

Os passivos de arrendamentos referem-se a contratos de arrendamento de máquinas, equipamentos e edifícios, com prazo superior a 12 meses, considerados de valor substancial e de uso exclusivo pela Companhia. Tais contratos são reconhecidos inicialmente pelo valor presente das contraprestações futuras previstas contratualmente, descontadas pela taxa incremental de financiamento aplicável, a qual corresponde a 10,76% ao ano.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras decorrentes da apropriação dos juros sobre os passivos de arrendamentos, referentes à reversão do ajuste a valor presente, são reconhecidas no “Resultado financeiro” da demonstração do resultado do período.

O aumento relevante no saldo do passivo de arrendamento decorre, principalmente, da celebração de novos contratos de arrendamentos, sobretudo relacionados à locação de máquinas, equipamentos e estruturas de apoio operacional, necessários à execução das obras de adequação de parâmetros, à intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário e à retomada das obras de duplicação na Rodovia BR-163/MT.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>11.354</b>	<b>9.976</b>
Adições	33.790	9.589
Apropriação de juros	1.339	531
Baixas	(11.358)	(8.742)
<b>Saldo final</b>	<b>35.125</b>	<b>11.354</b>
Passivo circulante	9.537	6.571
Passivo não circulante	25.588	4.783

### 19. Salários e encargos sociais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Encargos sociais e trabalhistas	3.533	2.929
Participação nos lucros e resultados	14.711	9.874
Provisões de férias e encargos	7.891	7.235
	<b>26.135</b>	<b>20.038</b>

### 20. Outros passivos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Multas (i)	575	1.687
Seguros a pagar	1.396	2.150
Outras contas a pagar	3	327
	<b>1.974</b>	<b>4.164</b>
Passivo circulante	1.950	3.708
Passivo não circulante	24	456

- (i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração não abarcados no TAC Plano de Ação, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reclamações cíveis	5.941	7.405
Outras contingências	<u>3.524</u>	<u>3.524</u>
	<u><b>9.465</b></u>	<u><b>10.929</b></u>

#### a) Movimentação

	<u>Contingências cíveis</u>	<u>Contingências trabalhistas</u>	<u>Contingências regulatórios</u>	<u>Saldo total</u>
Saldo inicial	7.405	-	3.524	10.929
Provisão	3.890	61	-	3.951
Reversão	(5.354)	(61)	-	(5.415)
Saldo final	<u>5.941</u>	<u>-</u>	<u>3.524</u>	<u>9.465</u>

A Companhia tem ações de natureza cível no montante de R\$ 7.066 e trabalhista no montante de R\$ 17.397, totalizando R\$ 24.463 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 9.969).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta R\$ 3.358 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.860) na rubrica de “Depósitos judiciais” referente a processos de ações trabalhistas e cíveis.

### 22. Provisão para conserva especial

A provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura é constituída considerando os gastos com a recomposição de parâmetros da Rodovia, previstos no contrato de concessão para o período de sete anos, descontados ao valor presente a uma taxa média de 10,60% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI. O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura estão apresentados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão de conserva especial	72.491	17.072
	<u><b>72.491</b></u>	<u><b>17.072</b></u>

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### a) Movimentação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>17.072</b>	<b>101.521</b>
Provisão de conserva especial (i)	103.790	15.369
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(39.789)	(6.878)
Baixa de provisão de conserva especial	(8.582)	(92.940)
<b>Saldo final</b>	<b>72.491</b>	<b>17.072</b>

- (i) O aumento da provisão para conservação especial em 31 de dezembro de 2025, quando comparado ao exercício anterior, decorre principalmente da atualização do planejamento dos ciclos de manutenção da Rodovia, vinculados ao cronograma de duplicação previsto no contrato de concessão, bem como da revisão das estimativas de custos futuros necessários para recomposição dos parâmetros contratuais da infraestrutura.

## 23. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.381.811, dividido em 2.381.810.533 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Capital social</b>	
		<u>2025</u>	<u>2024</u>
MT Participações e Projetos S.A.	2.381.810.533	2.381.811	2.031.811
	<b>2.381.810.533</b>	<b>2.381.811</b>	<b>2.031.811</b>

### b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

#### (i) Reserva de Incentivos Fiscais

Consoante Lei Complementar nº 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o montante de R\$ 194.498 (R\$ 148.037 em 31 de dezembro de 2024) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

### (ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta o montante de R\$ 42.936 (R\$ 30.953 em 31 de dezembro de 2024).

### (iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta o montante de R\$ 527.609 (R\$ 391.699 em 31 de dezembro de 2024).

### (iv) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Contudo, conforme estipulado contratualmente, até a emissão do *Completion*, a Companhia está impedida de realizar qualquer distribuição de recursos aos acionistas, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio, antecipações, resgates, recompras ou bonificações de ações. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta o montante de R\$ 158.000 (R\$ 112.697 em 31 de dezembro de 2024).

## 24. Receita líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (i)	666.814	522.512
Receitas de vale pedágio (ii)	55.506	143.772
Receitas em numerário	36.881	59.731
Receitas acessórias	7.341	6.935
<b>Receita operacional</b>	<b><u>766.542</u></b>	<b><u>732.950</u></b>
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	2.025.909	1.196.770
<b>Receita bruta</b>	<b><u>2.792.451</u></b>	<b><u>1.929.720</u></b>
Tributos sobre serviços de operação	(63.038)	(60.578)
Outras deduções	(85)	(46)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>2.729.328</u></b>	<b><u>1.869.096</u></b>

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento “Automatic Vehicle Identification” (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas. Houve uma redução significativa na receita de vale pedágio em relação ao mesmo período do exercício anterior, em razão da descontinuidade das formas de pagamento previstas na Resolução nº 6.024, de 3 de agosto de 2023, da ANTT.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu, R\$ 2.025.909 e R\$ 1.196.770, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura. O aumento da receita de construção é referente a continuidade das obras de duplicação e recuperação da rodovia para atendimento do cronograma de obras junto a ANTT.

### 25. Custo dos serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação e amortização	(145.030)	(96.415)
Despesas com veículos	(14.371)	(15.985)
Despesas com viagens	(614)	(825)
Gastos gerais	(18.705)	(18.189)
Materiais e equipamentos	(6.625)	(5.930)
Provisão para conserva especial (nota explicativa nº 22)	(59.966)	(8.420)
Salários e encargos	(58.243)	(57.196)
Seguros	(8.701)	(7.932)
Serviços de terceiros	(62.913)	(55.804)
	<u><b>(375.168)</b></u>	<u><b>(266.696)</b></u>
Custo de construção ICPC 01-R1 (i)	(2.025.909)	(1.196.770)
	<u><b>(2.401.077)</b></u>	<u><b>(1.463.466)</b></u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu, R\$ 2.025.909 e R\$ 1.196.770, respectivamente, como custo de construção ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. O valor justo da contraprestação foi mensurado com base no custo total incorrido com as obras de infraestrutura. O aumento do custo de construção decorre da continuidade das obras de duplicação e recuperação da rodovia para atendimento do cronograma de obras junto a ANTT.

### 26. Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação e amortização	(1.541)	(829)
Despesas com viagens	(1.566)	(1.406)
Gastos gerais	(14.306)	(10.252)
Materiais e equipamentos	(5.890)	(6.267)
Provisão para contingências	1.464	(3.536)
Salários e encargos	(34.570)	(26.575)
Serviços de terceiros	(8.398)	(7.164)
Taxas de meios de pagamentos	(1.069)	(2.266)
	<u><b>(65.876)</b></u>	<u><b>(58.295)</b></u>

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Custo na venda de imobilizado e intangível	(1.496)	(324)
Baixa de redução ao valor recuperável (i)	-	7.396
Outras receitas	2.504	2.734
Receita na venda de imobilizado	1.037	447
Venda de sucata	3.889	1.750
	<b>5.934</b>	<b>12.003</b>

(i) Em junho de 2024 foi realizada a reversão de provisão de redução ao valor recuperável.

### 28. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	124.382	68.023
Descontos obtidos	13.003	7.093
Outras	1.401	835
	<b>138.786</b>	<b>75.951</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Ajuste a valor presente	(4.035)	(71)
Arrendamento mercantil operacional	(1.457)	(374)
Custos de transação	(1.577)	(352)
Juros sobre atraso	(1.031)	(1.063)
Juros sobre empréstimos (nota explicativa nº 17)	(97.550)	(3.000)
Outras	(12.268)	(4.354)
	<b>(117.918)</b>	<b>(9.214)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>20.868</b>	<b>66.737</b>

### 29. Imposto de renda e contribuição social correntes

#### Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>289.177</b>	<b>289.177</b>	<b>426.075</b>	<b>426.075</b>
Adições temporárias	123.877	121.077	69.828	69.828
Adições permanentes	675	675	1.121	1.121
Exclusões	(77.944)	(77.944)	(154.298)	(154.298)
<b>Base cálculo</b>	<b>335.785</b>	<b>332.985</b>	<b>342.726</b>	<b>342.726</b>
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	83.923	29.969	85.657	30.845
Programa alimentação trabalhador (PAT)	(2.410)	-	(823)	-
Doações	(2.015)	-	-	-
<b>Despesa corrente de imposto de renda e contribuição</b>	<b>79.498</b>	<b>29.969</b>	<b>84.834</b>	<b>30.845</b>
Incentivos fiscais (SUDAM)	(46.461)	-	(64.100)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social devida</b>	<b>33.037</b>	<b>29.969</b>	<b>20.734</b>	<b>30.845</b>
<b>Total Imposto de Renda e Contribuição social</b>		<b>63.006</b>		<b>51.579</b>

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro do período	239.657	344.023
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	2.031.811	1.724.414
<b>Lucro básico por lote de mil ações</b>	<b><u>117,95</u></b>	<b><u>199,50</u></b>

### 31. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir, demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	11.358	8.742
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b><u>11.358</u></b>	<b><u>8.742</u></b>
Arrendamento Operacional	(11.358)	(8.742)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b><u>(11.358)</u></b>	<b><u>(8.742)</u></b>

### 32. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades e para atender as obrigações do contrato de concessão, com condições estabelecidas pela ANTT.

O contrato de concessão exige manter em vigor, no mínimo, os seguintes seguros: (i) seguro de danos materiais; (ii) seguro de responsabilidade civil; e (iii) seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta as seguintes coberturas de seguros contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Garantia de concessões públicas	509.795	abr/23 a mai/28
Risco operacional	350.100	dez/25 a dez/27
Responsabilidade civil	80.000	dez/24 a dez/26
Responsabilidade civil - Pontes	15.000	jul/25 a mar/26
Risco de administradores e diretores	40.000	out/25 a abr/27
Risco de engenharia - Pontes	56.260	jul/25 a set/26
Risco de engenharia - SAUs	31.000	jun/24 a mai/26
Seguro de veículos	110% tabela FIPE	set/25 a set/26

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 33. Impactos da reforma tributária

#### Reforma tributária sobre o consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, instituiu ampla reforma no sistema de tributação sobre o consumo no Brasil (“Reforma Tributária”), promovendo a substituição dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços — PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI — por um novo modelo baseado no conceito de Imposto sobre Valor Agregado (IVA Dual), composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, além da criação do Imposto Seletivo (IS).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamentou a implementação e operacionalização dos novos tributos, estabelecendo regras relativas aos fatos geradores, bases de cálculo, regimes tributários, governança e mecanismos de apuração, arrecadação e fiscalização, incluindo a criação do Comitê Gestor do IBS.

Nos termos da legislação vigente, os principais aspectos do novo modelo tributário são resumidos a seguir:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): tributo federal que substituirá o PIS e a COFINS, com vigência a partir de 2027, sendo previsto período de testes durante o exercício de 2026, no qual haverá apenas destaque informativo nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): tributo estadual e municipal que substituirá o ICMS e o ISS, com implantação gradual a partir de 2027 e implementação plena prevista para 2033;
- Imposto Seletivo (IS): tributo federal incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com vigência a partir de 2027; e
- Manutenção restrita do IPI: o IPI permanecerá de forma transitória e restrita, aplicável principalmente às operações envolvendo a Zona Franca de Manaus, com extinção total prevista para 2033.

A legislação instituiu ainda regimes diferenciados e específicos, prevendo redução de alíquotas para determinados setores, mecanismos de devolução parcial de tributos (“cashback”) para famílias de baixa renda e período de transição para adaptação dos entes federativos e das empresas.

#### Reforma dos incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, estabeleceu novas diretrizes para a concessão, revisão, redução e controle de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos pela União Federal, aplicáveis, entre outros, ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, Imposto de Importação e Contribuição Previdenciária Patronal, estabelecendo, entre outros aspectos:

- critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos fiscais;

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- redução linear de 10% dos benefícios fiscais existentes;
- alterações específicas na tributação de determinados setores e operações, incluindo fintechs, juros sobre capital próprio e apostas de quota fixa (“bets”); e
- regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos incidentes sobre operações de apostas.

### Avaliação dos impactos para a Companhia

A reforma tributária tem como objetivos principais a simplificação do sistema tributário, o aumento da transparência, a melhoria da eficiência econômica e o estímulo ao crescimento econômico de longo prazo, por meio da unificação de tributos, da ampliação da base tributável e da introdução de mecanismos como o “cashback” tributário para famílias de baixa renda.

A Nova Rota acompanha continuamente a evolução da regulamentação da reforma tributária, cujos efeitos estão previstos para iniciar a partir de 2026, podendo impactar a carga tributária incidente sobre suas operações e receitas.

Atualmente, a Companhia é tributada pelo regime do Lucro Real, estando sujeita ao regime cumulativo de PIS e COFINS, à alíquota combinada de 3,65%, além da incidência média de ISS municipal de aproximadamente 5,00% sobre suas receitas de prestação de serviços.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração não realizou mensuração quantitativa dos impactos econômicos e financeiros decorrentes da implementação da reforma, tendo em vista a existência de incertezas relevantes quanto:

- à definição final das alíquotas da CBS e do IBS;
- às regras operacionais de creditamento;
- à regulamentação complementar em âmbito estadual e municipal; e
- à aplicação de regimes específicos ao setor de concessões rodoviárias.

A Administração continuará monitorando a evolução da regulamentação e avaliará tempestivamente os impactos potenciais sobre a posição patrimonial, financeira e o desempenho operacional da Companhia.

### Adequações operacionais

Em atendimento às exigências das novas obrigações acessórias previstas para o período de transição, a Companhia promoveu, no exercício de 2026, as adequações necessárias em seus sistemas e processos fiscais, incluindo a adaptação dos layouts dos documentos fiscais eletrônicos e a implementação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica para cobrança de pedágio (NFSe-Vias), aplicável às empresas atuantes no segmento de concessão rodoviária, visando assegurar a conformidade regulatória e operacional durante a transição para o novo modelo tributário.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

### 34. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes ocorridos entre a data de encerramento do exercício social e a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis e concluiu que não ocorreram fatos ou eventos que demandassem ajustes ou divulgações adicionais nas presentes demonstrações contábeis.

\* \* \*